

OS ESTADOS UNIDOS E A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA (1974-1976)

Kenneth Maxwell

As relações entre os Estados Unidos e Portugal tiveram sempre um matiz especial devido à base dos Açores. E um dos aspectos mais interessantes do papel dos Estados Unidos em Portugal e nos antigos territórios portugueses em África foi o facto de a base dos Açores não só ter contribuído para a longevidade do império africano português como, devido às consequências económicas do uso americano da base para abastecer Israel em 1973, se ter tornado numa das causas imediatas mais importantes do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, que provocou a sua derrocada.

Entre os anos 40 e 70 deu-se uma sucessão de pontos de viragem marcantes. Foram momentos particulares em que uma variedade de possibilidades e de opções existentes em todos os lados – em Portugal, nos Estados Unidos, na Europa em geral, na África do Sul – poderiam ter ajudado a produzir alguma mudança na posição intransigente de Portugal em África. Mas a cada ocasião em que «uma janela para a mudança» se abria, Portugal, em vez de entrar em compromissos perante o inevitável, adoptava uma posição mais teimosa. E em cada uma dessas ocasiões os Açores foram um termo na equação¹.

AS OPORTUNIDADES PERDIDAS

Em Portugal, entre 1944 e 1947, por exemplo, os que se opunham à ditadura de Salazar tinham esperado que se seguisse um processo de democratização após o fim da II Guerra Mundial e a vitória dos Aliados. Por todo o país observou-se uma grande mobilização política. Além disso, a Administração Roosevelt, em meados dos anos 40, abraçara uma posição fortemente anticolonialista. Tão forte, de facto, que o British Colonial Office levou a política americana suficientemente a sério para iniciar o planeamento de uma «transferência de poder» nas suas colónias africanas². Os portugueses deviam estar conscientes disto. O próprio regime de Salazar estava em risco. Era um regime com o aparato do nacional-socialismo e do fascismo italiano (menos discreto nessa altura do que depois viria a ser). O regime estava longe de ter uma posição confortável na Europa Ocidental democrática do pós-guerra. A Guerra Fria ainda não começara, de maneira que os argumentos anticomunistas mais tarde

esgrimidos tão eficazmente por Salazar ainda não tinham a credibilidade que depois de 1947 assumiriam aos olhos americanos.

Para consternação dos democratas portugueses, contudo, a oportunidade que Salazar explorou foi a base das Lajes. Salazar manipulou com brilhantismo as forças em jogo. Durante a guerra, os britânicos, para combater a actividade naval alemã no Atlântico, estavam preparados para tomar os Açores se Salazar tivesse persistido em lhes negar facilidades nas ilhas, e esta opção era também discutida em privado pelos políticos americanos. Na realidade, os britânicos apresentaram um ultimato a Salazar. Nas negociações que trouxeram os Estados Unidos ao acordo sobre a base dos Açores, inicialmente sob os auspícios dos britânicos, uma concessão crucial foi feita, que comprometia os Estados Unidos no respeito pela integridade dos territórios portugueses. Esta concessão foi a primeira quebra na posição anticolonialista então dominante em Washington, e o início de muitos dos problemas que atormentariam a política americana em relação a Portugal e à África portuguesa³.

Uma vez assegurada a integridade territorial do império português, ligada que estava ao acesso às bases dos Açores, passara o momento em que existia a nível interno e externo uma conjugação de circunstâncias favoráveis. No final dos anos 40 começara a Guerra Fria, e nos cerca de doze anos seguintes – que viram a entrada de Portugal na NATO, nas Nações Unidas, e a sua «respeitabilidade» na comunidade ocidental – os portugueses aproveitaram bem o medo do comunismo nos Estados Unidos e na Europa Ocidental para angariar apoio para o regime não-democrático no seio de uma aliança tão ostensivamente dedicada à protecção da democracia na Europa.

O segundo período em que importantes oportunidades de mudança emergiram em Portugal deu-se entre 1958 e 1962. A campanha eleitoral do general Humberto Delgado em 1958 conduziu a uma mobilização popular de grandes dimensões em todo o país, e o regime foi igualmente abalado pelo descontentamento nas fileiras militares. Entre 1958 e 1961 existiam também condições favoráveis externas; este foi o grande período da independência africana, com antigas colónias britânicas e francesas precipitando-se para a formação de estados nacionais. A Administração Kennedy, empossada em 1960, adoptou uma política activista em África, indo ao ponto de ajudar Holden Roberto e Eduardo Mondlane, e mantendo ligações através da CIA com generais descontentes em Portugal⁴. Mas em 1962-1963 passou novamente a oportunidade de mudança. Salazar esmagou a conspiração militar contra si, que tinha entre os principais motivos a posição intransigente do ditador em relação a África. As várias pressões oposicionistas em Portugal vacilaram. Em 1962 o ataque ao quartel de Beja por um grupo de dissidentes militares e civis foi claramente identificado pelos oficiais da CIA como sendo de influência comunista, uma preocupação que até então quase nunca lhes tinha ocorrido. O Congo, o episódio da Baía dos Porcos e a Crise dos Mísseis de Cuba endureceram as atitudes. Novamente se tinham perdido as possibilidades. O almirante George Anderson, embaixador americano em Lisboa em meados dos anos 60, elaborou um

engenhoso plano para «subornar» Portugal para sair de África, mas o plano foi um inevitável fracasso, pois o momento para a mudança passara e a velha intransigência dominava a posição de Portugal.

Houve outro período dramático de opções abertas – 1968 e 1971. Novamente ocorreu uma combinação de factores internos e externos para a abertura de uma «janela para a acção». Os factores internos foram a incapacitação de Salazar e a ascensão de Marcelo Caetano, com muitas esperanças de mudança ao trazer pessoas mais jovens, europeizadas e modernas para o Governo e Assembleia Nacional. Esperava-se que pudessem exercer alguma mudança a nível interno e externo. O próprio Caetano desejava alguma liberalização das políticas coloniais, e fora identificado pela CIA como um potencial dirigente por alturas da conspiração de 1961 contra Salazar, caso a conspiração saísse vitoriosa. A ironia é que neste caso foram os factores externos que mudaram. Em Washington, no preciso momento em que em Portugal alguma pressão teria produzido resultados, a Administração Nixon concluiu (nas palavras do *National Security Study Memorandum* 39), que «os portugueses estão em África para ficar». Este período termina com o assassinato de Amílcar Cabral em 1973, que inviabilizou qualquer acordo negociado com o PAIGC. Os «liberais» em Portugal já se tinham demitido da Assembleia Nacional em Lisboa, acabando de vez com a possibilidade de reformas liberalizantes em Portugal e uma retirada ordeira de África⁵.

Dado o pano de fundo de pressões em Washington, a ironia do período final de 1974 a 1976 é que quando, em resultado do golpe de Abril de 1974, os portugueses acabaram por reconhecer que a descolonização era inevitável, os Estados Unidos receberam o regime de Spínola com grande cautela.

O regime de Spínola era o que os Estados Unidos, nos seus momentos mais iluminados, tinham precisamente desejado durante trinta e quatro anos – um regime liberal, capitalista, moderno, voltado para a Europa, que promovesse uma transição lenta e moderada em África. Contudo, porque os Estados Unidos se achavam petrificados, ou melhor, em pânico, perante a participação comunista no governo de Spínola, não lhe concederam qualquer apoio, até ser demasiado tarde.

O longo atraso de Portugal em seguir os seus vizinhos europeus na aceitação do nacionalismo africano teve outra consequência. Nos anos 40 a União Soviética e os seus clientes não tinham quaisquer possibilidades de envolvimento em assuntos africanos; nos anos 60 os soviéticos eram um elemento, embora marginal; nos anos 70 a capacidade de influência da União Soviética sobre os acontecimentos em África era já substancial. O papel dos Estados Unidos também crescera ao longo do tempo. A chegada dos Estados Unidos e da URSS à cena africana marcou uma alteração mais

A IRONIA DO PERÍODO FINAL DE 1974 A 1976
É QUE QUANDO, OS PORTUGUESES ACABARAM
POR RECONHECER QUE A DESCOLONIZAÇÃO ERA
INEVITÁVEL, OS ESTADOS UNIDOS RECEBERAM O
REGIME DE SPÍNOLA COM GRANDE CAUTELA.

ampla no equilíbrio internacional. A África tinha já constituído o foco de uma intensa rivalidade entre as duas superpotências no início dos anos 60, no antigo Congo Belga. O Congo também ficou na mira de interesses cubanos⁶.

Nos territórios portugueses, todavia, durante a década de 1963-1973, nem a União Soviética nem os Estados Unidos forçaram grandes mudanças no *status quo*. A ajuda soviética

NOS TERRITÓRIOS PORTUGUESES,
DURANTE A DÉCADA DE 1963-1973,
NEM A UNIÃO SOVIÉTICA NEM OS ESTADOS UNIDOS
FORÇARAM GRANDES MUDANÇAS NO *STATUS QUO*.

aos movimentos de libertação nos territórios portugueses era em escala modesta – muito menos do que os portugueses pretendiam ou os movimentos de libertação queriam; e o mesmo pode ser dito acerca do apoio ocidental que Portugal foi espren-

doando aos seus aliados na NATO⁷. O general Spínola, no seu livro *Portugal e o Futuro*, concluía que nem o Ocidente nem o Leste pareciam ter qualquer verdadeiro interesse em acabar com o conflito fosse de que maneira fosse.

Esta situação começou a mudar um pouco nos anos 70. No início de Dezembro de 1970, os portugueses lançaram um pequeno ataque anfíbio com cerca de 350 soldados a Conacri, na Guiné, com a intenção de derrubar o Governo do Presidente Sekou Touré e assassinar os dirigentes do PAIGC. A União Soviética enviou um grupo de combatentes navais para as águas da África Ocidental, como meio de dissuasão de aventuras semelhantes⁸. O assalto tinha sido planeado pelo general Spínola na esperança de desferir um golpe decisivo contra os seus inimigos na Guiné Portuguesa e contra o santuário do PAIGC na Guiné-Conacri. Tal como a Baía dos Porcos, os objectivos não foram tomados e a expedição acabou num desastre para os portugueses. Mas ao revelar a vulnerabilidade da Guiné-Conacri à intervenção portuguesa, o resultado foi uma gradual escalada no apoio externo a Sekou Touré e ao PAIGC por parte de países não africanos – Cuba e a União Soviética.

Castro andava pessoalmente interessado no PAIGC desde a participação de Amílcar Cabral na Conferência Tricontinental de dirigentes africanos, asiáticos e latino-americanos de Havana de 1966. No final dos anos 60, os cubanos tinham assumido a responsabilidade de vários campos de treino do PAIGC na Guiné e no Senegal, e entravam na Guiné Portuguesa com grupos de guerrilha. O general Spínola declarou em Setembro de 1971 que cada unidade de operações do PAIGC era liderada por oficiais cubanos. Os soviéticos, depois do envio de um contratorpedeiro da frota do Mediterrâneo no final de 1970, tinham, em Setembro de 1971, para além de um contratorpedeiro, um navio de logística e um petroleiro permanentemente estacionados na área de Conacri. A administração Nixon também tinha sido abordada por Sekou Touré no sentido de prestação de assistência após o assalto português em Conacri, mas Nixon estava fortemente comprometido com a causa portuguesa. A Casa Branca e o Departamento de Estado impuseram, de facto, um *blackout* noticioso ao papel soviético na Guiné, de forma a manterem relações normais quer com a Guiné quer com Portugal.

Só quando a marinha soviética usou Conacri para missões de reconhecimento de longo alcance durante a guerra do Médio Oriente de 1973 é que o Pentágono deixou que se revelasse a actividade militar soviética na Guiné. Em 1973, em parte para ofuscar os desaires no Egipto, os soviéticos começaram a fornecer sofisticados mísseis terra-ar ao PAIGC. No fim do ano, novamente em parte por razões relacionadas com o interesse das superpotências no Médio Oriente, Kissinger prometeu armas sofisticadas aos portugueses.

OS MOVIMENTOS AFRICANOS

No Sul da África, a experiência do início dos anos 60 viria a ter importantes ramificações nas reacções posteriores dos Estados Unidos ao processo de descolonização. A escolha feita pela Administração Kennedy de Holden Roberto como objecto de ajuda americana secreta foi uma corajosa medida, ao mos-

trar o apoio de Washington a um grupo insurrecto armado contra o Governo de um dos seus aliados da NATO. Nessa altura, Roberto era apoiado por dois dos mais radicais governos independentes de África – o de Kwame Nkrumah do Gana e o de Sekou Touré da Guiné. Em muitos aspectos

era um protegido do American Committee on Africa⁹. Apesar da posterior retirada de ajuda de Washington e da decisão de Nixon-Kissinger em 1970 de se aproximarem de Lisboa e dos regimes de minorias brancas da África meridional, estas primeiras ligações permaneceram. Em 1974, quando a posição de Portugal em África se desintegrou, as alianças forjadas no início da era Kennedy emergiram quase inalteradas, como se nada tivesse acontecido durante os quinze anos intermédios.

O Governo dos Estados Unidos, por outro lado, suspeitava de Agostinho Neto, que tinha já um longo registo de detenções por actividade política. Enquanto estudante de Medicina em Portugal estivera preso em 1951 e depois entre 1955 e 1957. Regressou a Angola em 1959 e foi preso e deportado para Cabo Verde. Protestos internacionais levaram à sua transferência para Lisboa, onde foi preso e depois submetido a prisão domiciliária. Em 1962 conseguiu fugir de Portugal e reapareceu em Leopoldville (actualmente Kinshasa). Em Dezembro de 1962 tornou-se presidente do MPLA¹⁰.

O próprio MPLA nunca foi um monolito. Entre os grupos na sua genealogia aparecem o Partido Comunista Angolano, e a organização sindical do MPLA estava filiada na Federação Internacional de Sindicatos, baseada em Praga. Na sua essência, contudo, o MPLA era uma ampla coligação, dirigido por um forte mas muitas vezes dividido grupo de quadros intelectuais radicais e marxistas. As tendências centrífugas no seu interior eram tão fortes que enfraqueciam seriamente a sua eficácia, e em várias ocasiões ameaçaram mesmo destruí-lo. No final dos anos 60 foi feita uma tentativa de

EM 1974, QUANDO A POSIÇÃO DE PORTUGAL EM ÁFRICA SE DESINTEGROU, AS ALIANÇAS FORJADAS NO INÍCIO DA ERA KENNEDY EMERGIRAM QUASE INALTERADAS, COMO SE NADA TIVESSE ACONTECIDO DURANTE OS QUINZE ANOS INTERMÉDIOS.

formar no seio do MPLA uma elite disciplinada e ideologicamente de confiança, enquanto que o movimento em si continuava a ser uma frente *catch all*, de forma a mobilizar o mais alargado apoio possível. Mas este esforço aumentou, em vez de diminuir, as disputas internas, e no início dos anos 70 a posição de Neto era posta em causa por dois grandes grupos rivais, cada um reflectindo as divisões dentro dos movimentos comunistas internacionais que resultaram do divórcio de Moscovo e Pequim. A primeira facção estava associada a Mário de Andrade, um membro fundador do MPLA e um antigo membro do Partido Comunista Angolano, mas visto como próximo dos chineses. A segunda era liderada por um dos maiores comandantes de campo do MPLA, Daniel Chipenda, uma antiga estrela de futebol, considerado como próximo de Moscovo.

No princípio de 1974, o Presidente Julius Nyerere da Tanzânia, preocupado com o facto das disputas internas do MPLA o terem de tal maneira enfraquecido na sua capacidade de luta que Lisboa se tinha permitido transferir dez mil tropas de Angola para Moçambique para enfrentar a FRELIMO, persuadiu a China a começar a fornecer assistência técnica ao rival do MPLA sediado no Zaire, a FNLA de Holden Roberto. Os chineses já tinham alcançado algumas vitórias em Moçambique, onde tinham ajudado a reorganização da FRELIMO após os desaires e conflitos internos que grassavam no movimento depois do assassinato, em 1969, do seu presidente, Eduardo Mondlane. A divisão entre as facções do MPLA tornou-se tão grave que em 1974 a sobrevivência de Neto como presidente do movimento parecia problemática, e a sua recondução à presidência na conferência do MPLA de Lusaca de meados de 1974 apenas se ficou a dever à insistência de Kenneth Kaunda.

O MPLA tinha uma vantagem considerável sobre os seus rivais: gozava de relações exclusivas com as principais frentes de libertação na Guiné Portuguesa e em Moçambique. As relações pessoais de Neto com os dirigentes do PAIGC e da FRELIMO remontavam aos seus dias de estudante em Lisboa, e tinham sido consolidadas por uma estrutura formal de consulta mútua entre os três movimentos existente desde 1961 (CONCP). Amílcar Cabral, presidente do PAIGC, enquanto agrónomo numa plantação de açúcar em Angola, fora um membro fundador do MPLA. O próprio Neto, desde os assassinatos de Mondlane (1969) e Cabral (1973), gozava da perigosa distinção de ser o último dos pais fundadores dos movimentos de libertação da África portuguesa. Por causa disto nunca houve qualquer dúvida de que Neto, a haver uma disputa, seria sempre reconhecido pelas outras colónias, assim que ganhassem a independência, como o legítimo aspirante ao Governo de Luanda.

Os três movimentos tinham antigas e formais relações com os principais membros da Organização de Solidariedade Afro-Asiática e Latino-Americana, uma organização não-alinhada fundada em Havana em 1966. As mais importantes declarações públicas de teoria revolucionária de Cabral foram proferidas na conferência fundadora. Cabral observou então que «a revolução cubana constitui uma lição especial para os movimen-

tos de libertação nacional, e em particular para os que querem que as suas revoluções nacionais sejam verdadeiras revoluções». Nunca houve qualquer segredo acerca destas opiniões, ou do facto que a afinidade ideológica se traduzira em ajuda concreta¹¹. O estabelecimento de laços diplomáticos entre o Zaire e a China no final de 1973, e a decisão dos chineses de treinarem a FNLA em 1974, servira igualmente para galvanizar as preocupações soviéticas acerca dos objectivos chineses em África. Os soviéticos tinham consistentemente apoiado os movimentos de libertação nacional e apesar de um arrefecimento da relação que tinham com Neto no início dos anos 70, o apoio soviético continuou ao longo dos finais da década de 60 e inícios da de 70 para uma ou outra facção do MPLA. A estratégia de longo prazo dos soviéticos dava grande relevo a Angola, pois uma forte influência sua aí dar-lhes-ia uma forte influência no Zaire – um objecto de interesse primordial dos soviéticos desde a sua intervenção no princípio dos anos 60. O Zaire era visto como uma ligação vital à Zâmbia, à Namíbia e à própria África do Sul.

As linhas de conflito e aliança em Portugal e em África eram na realidade mais claras do que pareciam à superfície. Quando o Movimento das Forças Armadas (MFA) derrubou a decrépita ditadura em Lisboa em Abril de 1974 devido à exaustão das guerras coloniais, à pressão dos problemas económicos na metrópole e à irritação com uma autocracia empedernida, as repercussões das suas acções estavam como que destinadas a ser surpreendentes. Portugal era um aliado da NATO, anacrónico e por vezes embaraçosamente teimoso, mas não obstante um aliado que não tinha quaisquer dúvidas sobre a que lado do mundo bipolar pertencia. Os Estados Unidos, por causa da sua íntima relação com a ditadura, ficaram perturbados com a mudança em Portugal e mostraram-se especialmente mal preparados para os por vezes espantosos recuos e conflitos que se seguiram ao golpe. E os Estados Unidos, ao contrário dos seus rivais geopolíticos, não tinham praticamente relações com a velha oposição clandestina em Portugal ou nos territórios africanos.

O MFA E A QUESTÃO COLONIAL

Nos primeiros meses após o golpe de Estado de 1974, os jovens oficiais do MFA permaneceram muito na sombra, preferindo ficar tão anónimos quanto possível. Isto não significava, porém, que estivessem dispostos a abdicar dos frutos da sua vitória. Numa conversa com David Martin, do *Observer* de Londres, o major Vítor Alves comentava que o problema com o golpe militar de 1926, apropriado por Salazar para estabelecer o seu governo ditatorial, tinha sido «que apesar dos soldados saberem o que não queriam, não sabiam o que queriam. Não tinham um programa». Em 1974 o comité

OS ESTADOS UNIDOS, POR CAUSA DA SUA ÍNTIMA
RELAÇÃO COM A DITADURA, FICARAM
PERTURBADOS COM A MUDANÇA EM PORTUGAL
E MOSTRARAM-SE ESPECIALMENTE
MAL PREPARADOS PARA OS POR VEZES
ESPANTOSOS RECUOS E CONFLITOS
QUE SE SEGUIRAM AO GOLPE.

de coordenação do MFA já rectificara o erro dos seus predecessores. O problema era como é que o programa que preconizava o fim das guerras coloniais seria interpretado, e por quem. A questão da interpretação era especialmente importante no que dizia respeito ao problema que fora em grande medida responsável pelo eclodir do golpe de Estado: a tentativa fútil de evitar a descolonização. E acerca desta questão central havia divisões muito profundas.

As frases ambíguas do MFA acerca da política colonial e a «necessidade de uma solução política e não militar» tinham sido, no mínimo, grosseiras mistificações. O programa do MFA e o livro do general Spínola, de facto, avançavam duas posições tão diametralmente opostas que carregavam as sementes para um conflito apenas resolúvel com a vitória de uma sobre a outra.

O rápido sucesso do golpe disfarçou durante alguns meses a seriedade das divergências no interior do novo regime, e particularmente a forma como os jovens oficiais que tinham feito o golpe eram homens intensamente políticos. Mas o conflito existente desde o início era um conflito, no seu âmago, entre a mudança revolucionária e evolucionária na Europa, e entre a descolonização imediata e a gradual separação de África. O major Vítor Alves, no entanto, considerava o esquema federativo de Spínola, exposto no seu livro *Portugal e o Futuro*, como «o seu sonho pessoal». Mas durante os seus primeiros meses no governo, Spínola falou em privado de uma calendarização para a descolonização que durasse «mais ou menos uma geração», durante a qual «seria dada a democracia e a capacidade de escolha» às pessoas¹².

Mas manter Moçambique e Angola mesmo no curto prazo significava continuar a guerra que o MFA quisera acabar ao fazer o golpe. Muitos oficiais do MFA, todos combatentes em África, opunham-se totalmente a uma solução que apenas mudasse as regras do jogo. Não acreditavam que Portugal beneficiasse da retenção dos territórios africanos. Nem pensavam, mesmo no mais respirável clima internacional que se seguira ao golpe, que as forças armadas portuguesas pudessem sustentar a necessária operação de aguentar as colónias se o modelo de Spínola fosse avante. «Não temos qualquer desejo de construir uma comunidade neo-colonial», disse um dos oficiais a Jean Daniel do *Nouvelle Observateur*, «estamos mais interessados na formação de uma independência socialista, e apenas na medida em que os nossos irmãos na Guiné, Moçambique e Angola a aceitem, desejem e exijam»¹³.

A solução política para África de que o MFA falava significava, assim, muito mais do que o tipo de autonomia dentro de uma «Federação Lusitana» imaginada por Spínola. Como explicava, com alguma crueza, o boletim publicado pelo MFA,

«Os que beneficiaram com a guerra foram os mesmos grupos financeiros que exploraram o povo na metrópole e, confortavelmente instalados em Lisboa e no Porto ou no estrangeiro, através de um governo mercenário, obrigaram o povo português a combater em África em defesa dos seus imensos lucros.»¹⁴

Na Guiné, em Moçambique e em Angola os movimentos de libertação sempre fizeram uma cuidadosa distinção entre o povo português, com quem contavam para ajuda, e o governo ditatorial que os tentava esmagar. O PAIGC, o MPLA e a FRELIMO tinham temido desde o início que uma revolução política na África portuguesa os pudesse deixar numa situação de dependência neocolonial em relação a Lisboa, e temiam os interesses económicos europeus a que Lisboa estava ligada e em nome dos quais por vezes actuava. A emergência de noções de «Terceiro Mundo» no meio militar do seu inimigo e a crescente aliança entre a ala radical do MFA e os comunistas foi, por isso, observada com grande interesse pelos movimentos marxistas em África. Dava-lhes uma oportunidade para acelerar o processo de descolonização e garantir que, nos países onde havia grupos nacionalistas rivais, os que gozavam de longas relações com a velha oposição clandestina portuguesa, como o MPLA, receberiam uma consideração especial. Não havia nenhuma boa base para convergência entre o PAIGC, o MPLA e a FRELIMO, por um lado, e o MFA, por outro, e esta única, ainda que temporária, aliança entre o corpo de oficiais colonialistas e os seus opositores tornou-se possível pelo momento e circunstâncias especiais das lutas dos movimentos de libertação e pelo atraso de Portugal que os oficiais do MFA tanto lamentavam. A aliança estava fadada para ser temporária porque enquanto que os movimentos de libertação tinham objectivos claros, o MFA não. Além disso, os movimentos de libertação estavam empenhados, por necessidade, numa condição permanente – a independência nacional – enquanto que o compromisso do MFA, mesmo sendo tão importante, permanecia um compromisso com um processo que acabaria assim que as colónias fossem livres. Não obstante, a energia que a convergência de pontos de vista entre antigos inimigos trouxe, mesmo que temporariamente, à política interna de Portugal e à calendarização da descolonização provou ser irresistível¹⁵.

CADA CRISE EM LISBOA ESTAVA RELACIONADA COM MOMENTOS CRÍTICOS NAS NEGOCIAÇÕES EM ÁFRICA, ONDE OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO JUNTAVAM PRESSÕES MILITARES A INCITAMENTOS DIPLOMÁTICOS QUE LHES PERMITISSEM FAZER O QUE QUERIAM.

REVOLUÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO

Durante o ano que se seguiu ao golpe, três crises conduziram Portugal decisivamente para a esquerda e a África portuguesa para a independência. Apareceram como uma série de conflitos por vezes longos em que as tensões políticas em Portugal, os desenvolvimentos em África e as pressões externas, declaradas ou escondidas, se combinaram no eclodir de grandes confrontações.

Cada crise em Lisboa estava relacionada com momentos críticos nas negociações em África, onde os movimentos de libertação juntavam pressões militares a incitamentos diplomáticos que lhes permitissem fazer o que queriam. Especialmente em Moçambique, a FRELIMO recrudescceu no seu combate, ao mesmo tempo que acordava cessar-

-fogos locais. Em África, o MFA já actuava com um grande nível de autonomia, e cada colónia tinha uma organização diferente do movimento apenas informalmente ligada às outras e, através do capitão Vasco Lourenço, ao comité de coordenação do MFA em Lisboa. Este estado de coisas prefigurava a independência e permitia uma grande flexibilidade nas conversações com as guerrilhas¹⁶.

Na Guiné Portuguesa a paz chegou muito antes do seu reconhecimento oficial. As circunstâncias do acordo são extremamente reveladoras. Em Maio de 1974, o amigo de Spínola, e membro do Conselho de Estado, coronel Almeida Bruno, foi a Londres com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, para negociar com o PAIGC. Quando não conseguiram chegar a acordo em Junho, uma alteração decisiva aconteceu. As negociações saíram da órbita europeia e mudaram-se para a diplomacia secreta desenvolvida em Argel pelo major Melo Antunes do MFA (Melo Antunes substituiu depois Soares como ministro dos Negócios Estrangeiros em Março de 1975). Chegou-se finalmente a um acordo em finais de Julho, mas apenas depois de um novo governo ter sido instalado com um simpatizante comunista, o brigadeiro Vasco Gonçalves, como primeiro-ministro e depois do MFA ter consolidado o seu poder militar em Portugal com a criação de uma força de segurança, o COPCON (Comando Operacional para o Continente), sob o comando efectivo de Otelo Saraiva de Carvalho, o arquitecto militar do golpe de 25 de Abril, que também se tornou o comandante da guarnição militar de Lisboa.

Este foi um golpe crucial no poder de Spínola, talvez mesmo o mais importante: o MFA e os seus aliados mais à esquerda em Lisboa eram capazes de chegar a um acordo para África a que ele não conseguia chegar, já que apoiavam a tendência para a independência africana a que ele se opunha. Crises semelhantes eclodiram por causa de Moçambique, em Agosto e Setembro de 1974, e por causa de Angola, entre Janeiro e Março de 1975. Ambas foram complexas, mas em cada um dos casos os acordos alcançados demonstraram o poder do MFA e permitiram-lhe afastar as forças moderadas e conservadoras em Lisboa que se queriam agarrar à África portuguesa ou

abrandar o andamento da descolonização.

OS DESENVOLVIMENTOS NA GUINÉ PORTUGUESA FORAM CRUCIAIS PARA O QUE ACONTECEU EM PORTUGAL DURANTE O VERÃO DE 1974. UM TERRITÓRIO PEQUENO E PAUPÉRRIMO, COM ESCASSA IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E ESTRATÉGICA, ESTAVA NO CENTRO DO DRAMA.

Os desenvolvimentos na Guiné Portuguesa foram cruciais para o que aconteceu em Portugal durante o Verão de 1974. Um território pequeno e paupérrimo, com escassa importância económica e estratégica, estava no centro do drama. Dificilmente se encontraria colónia mais simbólica

para assinalar o fim da aventura imperial europeia. Quinhentos anos antes fora descoberta por marinheiros portugueses em busca de uma passagem marítima para a Costa da Guiné, com vista a obterem o controlo do comércio de ouro e de escravos. E esses marinheiros, contornando a difícil costa, descobriram os sistemas de ventos

e correntes que abriram o caminho ao Novo Mundo, ao cabo da Boa Esperança e ao oceano Índico. Num certo sentido, tudo acabou onde começou.

Para os portugueses, a guerra na Guiné era um absurdo evidente, mas por razões de precedência e prestígio a colónia não podia ser abandonada. O conflito envolveu um grande exército em relação à população, mas para o fim as tropas portuguesas restringiam-se a enclaves, co-existindo no pequeno território com um Estado que já declarara a sua independência. Era uma guerra em que o chefe do Governo português, Marcelo Caetano, podia dizer ao principal general do país, António de Spínola, então comandante militar na Guiné, que preferia a derrota a uma negociação que constituísse um precedente para Moçambique e para Angola. Mais do que qualquer outra coisa, este comentário de Caetano levou Spínola à oposição¹⁷.

Após o golpe de 1974 em Lisboa os movimentos de libertação tinham apoiantes de longa data em lugares influentes que provaram ser aliados altamente eficazes. As opiniões de Spínola acerca de uma Comunidade Lusitana eram totalmente inapropriadas à verdadeira situação em que Portugal se encontrava. Os exércitos em África simplesmente opunham-se a qualquer objectivo que prolongasse a sua estada em territórios ultramarinos. O Brasil, um pretense parceiro no conceito de Spínola, decidira deixar-se de rodeios e fazer as suas próprias abordagens aos estados lusófonos emergentes em África. O Brasil reconheceu a Guiné-Bissau em 18 de Julho, uma semana antes do próprio Spínola ter feito a sua declaração de 27 de Julho. Portugal iniciaria uma transferência imediata de poder nas suas colónias africanas. Nessa altura, 84 países já tinham reconhecido a República da Guiné-Bissau¹⁸.

Amílcar Cabral, o fundador do PAIGC, detinha um lugar importante na mitologia do Terceiro Mundo. Numa desesperada tentativa de dividir o seu movimento e arruinar a sua causa, a polícia secreta portuguesa (PIDE) e os seus sinistros cúmplices terão conspirado para o assassinato de Cabral em 10 de Janeiro de 1973, transformando-o num dos mais importantes mártires da África independente. Cabral fora também um reputado internacionalista, que ganhara o apoio dos estados africanos independentes, estabelecera relações próximas com a Cuba castrista e era conhecido e respeitado entre o Movimento dos Não-Alinhados. Estas ligações mostraram-se vitais em 1974. Na altura talvez não tenha sido suficientemente apreciado o facto de a descolonização da Guiné-Bissau e Moçambique ter constituído uma vitória silenciosa da diplomacia africana e não-alinhada. Enquanto Kissinger tergiversava acerca do Partido Comunista Português e procurava despertar a oposição de direita em Portugal, uma vigorosa diplomacia secreta lançava as bases para acordos com o

APÓS O GOLPE DE 1974 EM LISBOA OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO TINHAM APOIANTES DE LONGA DATA EM LUGARES INFLUENTES QUE PROVARAM SER ALIADOS ALTAMENTE EFICAZES. AS OPINIÕES DE SPÍNOLA ACERCA DE UMA COMUNIDADE LUSITANA ERAM TOTALMENTE INAPROPRIADAS À VERDADEIRA SITUAÇÃO EM QUE PORTUGAL SE ENCONTRAVA.

PAIGC e a FRELIMO. Emanava, em larga medida, de Argel e de Lusaca, na Zâmbia. O processo de feitura dos acordos ajudou a derrubar Spínola.

As razões subjacentes a este sucesso africano foram o facto de Washington e a Europa Ocidental não terem conseguido distinguir as forças em jogo na situação portuguesa; erraram ao associar-se a grupos tão intransigentes que estavam destinados a ajudar a destruir a própria solução que os Estados Unidos e os seus parceiros da NATO tanto desejavam alcançar. Tais erros de julgamento não ocorreram entre os movimentos de libertação. Estes, afinal, conheciam os portugueses, avaliavam as suas forças, e estavam conscientes das suas fraquezas. Conheciam os dirigentes envolvidos – alguns deles demasiado bem – e acima de tudo sabiam que o verdadeiro poder em Portugal estava na mão dos dirigentes do MFA, e que uma aliança tácita com eles podia ser feita contra Spínola. Estas ligações tiveram um impacto decisivo em Angola, reconhecido por todas as partes como o teste mais difícil e importante às intenções portuguesas. Vários dos factores que contribuíram para a fraqueza do MPLA enquanto organização de guerrilha revelaram-se como fontes de força nas circunstâncias diferentes que surgiram depois do golpe de Lisboa. Os dirigentes intelectuais do MPLA, urbanos e cosmopolitas, sempre se tinham firmemente oposto ao tribalismo e ao racismo, e há que mantiveram relações com a velha oposição antifascista em Portugal, especialmente os comunistas. Assimilados, mulatos e brancos tinham desde o início encontrado um lugar nos cargos mais elevados do movimento. O MPLA recebia um vasto apoio dos africanos urbanizados que tendiam, quis-

AFASTADO EM JULHO DE 1974 DO ACORDO COM O PAIGC PARA A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU, E FRUSTRADO NOS SEUS PLANOS EM RELAÇÃO A MOÇAMBIQUE EM INÍCIOS DE SETEMBRO, SPÍNOLA TENTOU CHAMAR A SI O CONTROLO PESSOAL DAS NEGOCIAÇÕES DE ANGOLA.

quer que fossem as suas origens étnicas ou linguísticas, a formar um grupo distinto do da maioria rural. O MPLA sentiu sempre dificuldade em recrutar gente para além desta base, especialmente nas zonas a norte do Bakongo, dominadas pela FNLA. O apoio ao MPLA estava concentrado, no entanto, na estrategicamente localizada

zona central do país, ao longo dos mais de 400 quilómetros de caminho-de-ferro que ligava Luanda a Malange, entre os 1,3 milhões de falantes do kimbundu, um dos quatro principais grupos etno-linguísticos de Angola. O apoio ao MPLA era quase monolítico entre a população africana de Luanda e seus imensos bairros de lata, os musseques. Mas, acima de tudo, o MPLA gozava de relações exclusivas com as principais frentes de libertação na Guiné Portuguesa e em Moçambique, as quais, por alturas do Outono de 1974, tinham negociado com sucesso acordos com os portugueses.

Angola esteve sempre próxima do centro da luta entre o general Spínola e o MFA durante os turbulentos primeiros meses depois do golpe. Afastado em Julho de 1974 do acordo com o PAIGC para a independência da Guiné-Bissau, e frustrado nos seus planos em relação a Moçambique em inícios de Setembro, Spínola tentou chamar a si o controlo pessoal das negociações de Angola.

O plano de Spínola para Angola dependia muito da colaboração do Presidente Mobutu do Zaire. Em 14 de Setembro de 1974, Spínola foi à ilha do Sal, em Cabo Verde, e encontrou-se em segredo com Mobutu. As propostas formais de Spínola para um acordo angolano, tornadas então públicas, preconizavam um período transitório de dois anos durante o qual um governo provisório seria formado por representantes dos três grupos nacionalistas (FNLA, MPLA e UNITA), em conjunto com representantes dos maiores grupos étnicos e a população branca. Seguir-se-iam eleições para uma assembleia constituinte, com o voto baseado no sufrágio universal. O entendimento privado entre Mobutu e Spínola manteve-se secreto mas foi atingido com base no seu desejo comum de verem o MPLA neutralizado, e se possível eliminado. O vice-almirante Rosa Coutinho, alto-comissário português em Angola, que não fora informado do encontro, descreveu mais tarde os objectivos como sendo «o de instalar Holden no primeiro lugar, com Chipenda e Savimbi a seu lado, e eliminar Neto». Spínola, ao insistir que não deviam ser feitas negociações com o MPLA, dissera de Neto: «Recebe as suas ordens de Moscovo».

Como tantos dos projectos de Spínola, os seus planos para Angola não estavam isentos de astúcia. Em 1974, os militares portugueses estavam sob uma pressão menor em Angola do que na Guiné ou em Moçambique. Na altura em que Spínola se encontrou com Mobutu havia ainda 60 mil tropas portuguesas na colónia e, para além delas, uma extensa rede paramilitar. A PIDE/DGS continuava a operar em Angola sob a autoridade do chefe de Estado-Maior, e foi rebaptizada Polícia de Informação Militar (PIM). Tal como o MPLA, a FNLA de Holden Roberto ainda não concordara com um cessar-fogo, e em termos estritamente militares a FNLA era de longe o oponente mais formidável do exército português. Mobutu era a pessoa óbvia com quem conversar, já que Roberto dependia inteiramente do apoio zaireense e certamente não conseguiria funcionar sem ele. Jonas Savimbi, o líder da UNITA, já concordara com um cessar-fogo em Junho e negociações abertas com uma variedade de grupos brancos civis e empresários. Em meados de 1974, a UNITA consistia em menos de um milhar de guerrilheiros treinados (provavelmente cerca de quatrocentos) com armas velhas e inadequadas. Savimbi terá tido a «protecção» dissimulada dos serviços secretos militares portugueses e da PIDE durante alguns anos, com o objectivo de dividir os grupos nacionalistas por linhas tribais no Leste e Sul de Angola, após as bem sucedidas penetrações do MPLA nessas regiões depois de 1966.

A 8 de Agosto de 1974, quatro centenas de militantes do MPLA reunidos em Lusaca tinham-se dividido em três facções: 165 delegados apoiavam Neto, 165 Chipenda, e 70 Mário de Andrade. O grupo de Chipenda representava a principal força de combate do MPLA em Angola, e o próprio Chipenda tinha sido eleito presidente do MPLA numa pequena sessão na conferência. Chipenda, apesar do seu papel temporário como protegido de Moscovo, em várias alturas fora também o protegido de quase todos os que, de fora, queriam deitar a mão a Angola, incluindo, parece, a PIDE. De qualquer das

formas, tanto Spínola como Mobutu achavam que Chipenda era persuadível, dados os incitamentos certos. O cenário exposto entre os dois no Sal não era, por isso, de todo implausível, e pouco depois do seu encontro com Spínola Mobutu tentou convencer Julius Nyerere, da Tanzânia, e Kenneth Kaunda, da Zâmbia, dos méritos do projecto. O plano, todavia, falhou, por razões que residiam tanto em Lisboa como em Luanda. A 30 de Setembro de 1974 Spínola demitiu-se da Presidência, depois de ter falhado nas suas tentativas de ultrapassar o MFA e os comunistas ao apelar ao apoio da «maioria silenciosa». Entre Outubro de 1974 e Janeiro de 1975 o poder efectivo em Portugal esteve nas mãos do MFA. O movimento reforçou a sua posição com a formação de um grupo de base mais alargada para supervisionar os seus assuntos, denominado Comité dos Vinte, e constituindo uma assembleia, a chamada Assembleia dos Duzentos, para agir como um corpo quase legislativo, em que as questões políticas mais importantes podiam ser discutidas. Durante estes cinco meses críticos o MFA permaneceu unido no seu compromisso para com a descolonização imediata, visto que todos os elementos mais à esquerda do movimento concordavam com a necessidade de uma rápida separação dos territórios africanos. A ascendência, no seio do movimento, dos elementos de esquerda aproximou ideologicamente as autoridades portuguesas do MPLA, em detrimento dos seus dois concorrentes. O período era crítico, porque permitiu ao MPLA recuperar do seu mais baixo momento de meados de 74. Acima de tudo, ofereceu a Agostinho Neto o balão de oxigénio necessário para reestabelecer a sua liderança acima das divisões do movimento.

De não menos importância, um elemento a favor do MPLA nesses meses foi a ajuda ao movimento dada pelo alto-comissário português em Luanda entre Julho de 1974 e

DE NÃO MENOS IMPORTÂNCIA, UM ELEMENTO A FAVOR DO MPLA NESSES MESES FOI A AJUDA AO MOVIMENTO DADA PELO ALTO-COMISSÁRIO PORTUGUÊS EM LUANDA ENTRE JULHO DE 1974 E JANEIRO DE 1975, O VICE-ALMIRANTE ROSA COUTINHO, CHAMADO PELOS COLONOS BRANCOS O «ALMIRANTE VERMELHO».

Janeiro de 1975, o vice-almirante Rosa Coutinho, chamado pelos colonos brancos o «almirante Vermelho». Rosa Coutinho tinha um ódio patológico à FNLA e não fazia segredo do facto de considerar o presidente Mobutu como um «fascista negro». O resultado mais importante da intervenção de Rosa Coutinho foi frustrar um dos pontos-chave do plano Mobutu-

Spínola – a substituição de Agostinho Neto. Embora a facção de Mário de Andrade tenha sido reintegrada no MPLA no final de 74 (para reemergir uma certa fricção depois da vitória do MPLA no início de 76), Chipenda, apesar de uma breve reaproximação, seria expulso do movimento em Novembro.

A resolução temporária das escaramuças internas do MPLA, contudo, ofereceu uma base para a celebração de um acordo. Sob o patrocínio do Presidente Boumediene, Agostinho Neto e o major Melo Antunes encontraram-se em Argel entre 19 e 21 de Novembro de 1974, e negociaram um acordo de cessar-fogo. Uma semana mais tarde, a FNLA e os

portugueses chegaram a acordo semelhante em Kinshasa. A Organização de Unidade Africana (OUA), que em alturas diferentes reconhecera tanto a FNLA como o MPLA como os únicos porta-vozes nacionalistas legítimos de Angola, estendia agora um reconhecimento de última hora à UNITA de Jonas Savimbi. No início de Janeiro de 75, os três dirigentes nacionalistas, Roberto, Neto e Savimbi, encontraram-se sob a égide de Jomo Kenyatta em Mombaça. Concordaram num reconhecimento mútuo e na célere abertura de negociações sobre a independência de Angola com o Governo português. A 10 de Janeiro as negociações mudaram-se para o Algarve. Os líderes dos três movimentos e suas delegações encontraram-se com o Governo português no fortemente guardado Hotel da Penina, e a 15 de Janeiro emergia um acordo altamente precário e de delicado equilíbrio. Encabeçando o lado português estavam o general Gosta Gomes, que substituirá Spínola como Presidente da República em Setembro de 74, Mário Soares, o ministro dos Negócios Estrangeiros, o major Melo Antunes e o alto-comissário, o almirante Rosa Coutinho.

Os Acordos do Alvor, como ficaram conhecidos, fixavam a data para a independência de Angola em 11 de Novembro de 1975. Durante o período transitório o país seria administrado por um governo de coligação composto pelos três grupos nacionalistas e os portugueses. A administração transitória seria presidida por um colégio de três, cada «presidente» representando um dos três movimentos. O alto-comissário de Lisboa deveria controlar a defesa e a segurança e «arbitrar as diferenças». Cada movimento e os portugueses deteriam três lugares no governo. Seria formado um exército nacional, cada movimento contribuindo com oito mil homens, enquanto que os portugueses continuariam com uma força de 24 mil homens até à independência. A retirada das tropas portuguesas ficava apazada para Fevereiro de 1976. Antes da independência realizar-se-iam eleições para uma assembleia constituinte. Entretanto, os três movimentos concordaram permanecer nas posições militares em que se encontravam em Janeiro de 1975. O acordo não era um resultado de somenos importância. Tinha sido alcançado principalmente pelo MFA, então no auge do seu poder e prestígio. Agostinho Neto, presidente do MPLA, prestou um discreto tributo ao Movimento das Forças Armadas no final dos encontros do Alvor, pouco notado na época mas extremamente significativo nas suas implicações. Chamou ao MFA «o quarto Movimento de Libertação».

AGOSTINHO NETO, PRESIDENTE DO MPLA, PRESTOU UM DISCRETO TRIBUTU AO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS NO FINAL DOS ENCONTROS DO ALVOR, POUCO NOTADO NA ÉPOCA MAS EXTREMAMENTE SIGNIFICATIVO NAS SUAS IMPLICAÇÕES. CHAMOU AO MFA «O QUARTO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO».

ANGOLA: O INÍCIO DA TEMPESTADE

Até Janeiro de 1975, a situação em rápida mudança em África contribuiu para a grande viragem à esquerda em Portugal. Os acontecimentos na Europa e em África coincidiam

de uma maneira que reforçava as forças radicais de cada região. Depois de Março de 1975, estas circunstâncias viram-se dramaticamente invertidas. Um dos pontos fundamentais na implementação dos Acordos do Alvor, que estabelecera a data de 11 de Novembro e o quadro geral da independência de Angola, fora a capacidade do MFA de controlar a situação até que a transferência de poderes pudesse realizar-se. Os problemas intrínsecos em África eram suficientemente grandes. Mas as fraquezas do MFA, e a sua incapacidade para cumprir a sua parte no negócio, também condenaram os acordos. O MFA, mesmo em Janeiro de 1975, mantinha-se um mistério para muitos, dentro e fora de Portugal. Acima de tudo, parecia muito mais unido e formidável do que de facto era. Agostinho Neto era, como sempre, especialmente sensível à situação política em Portugal. Ao contrário de Holden Roberto e de Jonas Savimbi, que deixaram rapidamente Portugal após a assinatura dos acordos em Janeiro, Neto permaneceu no Portugal governado pelo MFA, viajando por todo o país e mantendo longos encontros com dirigentes políticos e militares. Viviam-se tempos críticos. A euforia que se seguira à queda do velho regime estava a passar. Em Janeiro de 75 observou-se uma mudança fundamental na atmosfera, o início de uma longa luta entre os socialistas e os comunistas; e entre os militares também se começavam a desenhar conflitos – na verdade, já se tinham desenhado – que mais tarde dividiriam o MFA em facções antagónicas. Um político astuto e bem informado como Neto deve ter visto os prenúncios de tempestade; não eram difíceis de reconhecer. E assim, enquanto secava a tinta dos Acordos do Alvor, as forças que os desfazeriam já se estavam a congregar.

Entre Novembro de 74 e Janeiro de 75 cerca de 10 mil tropas da FNLA entraram no Nordeste de Angola, ocupando os distritos do Norte do Uíge e do Zaire, e expulsando todos os rivais do MPLA e da UNITA. Os portugueses, com as suas tropas relutantes em se envolver em confrontações armadas, tinham virtualmente abandonado as fronteiras. Atrás dos soldados da FNLA vinham milhares de refugiados, regressando às terras que tinham abandonado depois do sangrento levantamento rural de 1961. Em consequência disto, milhares de trabalhadores ovimbundu das plantações de café foram expulsos da região, e cerca de 60 mil rumaram a Sul para as zonas tribais nas terras altas centrais. No populoso planalto de Benguela-Bié do Sul de Angola havia também sérias tensões sociais e raciais. As medidas de contra-insurreição do exército português tinham deslocado milhares de camponeses, concentrando-os em aldeias vigiadas «seguras», e em muitos casos abriram as suas terras a colonos brancos. Na capital, Luanda, a tensão que se mantivera depois dos sérios recontros raciais do Verão anterior fora agravada pela chegada em Fevereiro de 1975 de contingentes fortemente armados dos movimentos nacionalistas rivais.

As desconfortáveis tréguas entre as facções duraram apenas até Março, quando, coincidindo com a intentona de soldados fiéis a Spínola em Portugal, se desencadeou a luta generalizada entre o MPLA e a FNLA na capital angolana. No Caxito, a norte de Luanda, a FNLA prendeu simpatizantes do MPLA, abateu-os e mutilou-os. Era o regresso do velho pesadelo de massacres e represálias que se tornara num tema constante do longo conflito

angolano. Ao imenso fluxo interno de pessoas e refugiados, juntava-se agora um êxodo massivo. Os primeiros a sair foram os cabo-verdianos, apanhados entre os movimentos rivais africanos e afastados do seu papel de intermediários e comerciantes. Depois veio o êxodo dos brancos. Em Lisboa o aeroporto começou a encher-se de grandes caixas, caixotes, malas velhas, trouxas de mulheres idosas e de crianças, e do forte cheiro húmido de África, à medida que os colonos regressavam. Primeiro o jargão oficial referia-se a eles como os «deslocados», depois, como os «retornados». Mas eram refugiados, e várias centenas de milhar deles desaguaram em Portugal durante todo o Verão. A sua chegada foi um rude despertar para muitos dos oficiais que poucos meses antes tinham falado ingenuamente de uma comunidade socialista. Em consequência, o processo de descolonização – que, interagindo com a situação interna em Portugal, tanto fizera por atirar o país para a esquerda nos meses depois do golpe – vacilava agora.

O processo de descolonização, que até Março ajudara a cimentar a solidariedade interna do MFA, tornou-se, depois de Março de 75, num grande motivo de irritação e divisão, à medida que a situação em Angola se mostrava cada vez mais insanável e os estrangeiros intervinham a seu bel-prazer. Houve também uma consequência imprevisível das nacionalizações de Março em Portugal que subtilmente alterou as atitudes em relação a África. O Estado, ao tomar posse dos bancos e indústrias que faziam o poder da oligarquia, assumia também responsabilidades por vastos activos nos antigos territórios ultramarinos. Ironicamente, os governos revolucionários detinham interesses económicos mais importantes em Angola do que os governos do anterior regime. Depois de Março, em Angola, era óbvio para todos que os portugueses não conseguiam conter a intervenção exterior ou controlar a segurança interna, obrigações que Portugal assumira nos Acordos do Alvor, e qualquer pretensão de um governo transitório bipartido desfez-se. Em Angola havia um conflito aberto, e em Portugal também as facções militares se começavam a olhar como inimigas. A iniciativa que repousara nas mãos da revolução durante quase doze meses desaparecera. A rápida deterioração da situação em Angola era especialmente perigosa porque abria oportunidades para a interferência de estrangeiros, oportunidades essas que não tinham existido no mesmo grau na Guiné-Bissau ou em Moçambique. Em Angola, três grupos nacionalistas, endurecidos pela guerra, cada qual com fortes raízes étnicas, competiam entre si tanto como com os portugueses. Os movimentos em Angola tinham bases regionais: a FNLA no Nordeste do país; o MPLA na zona central-ocidental e em Luanda; e a UNITA nas terras altas centrais. Contudo, as zonas de influência não se encontravam claramente demarcadas, e os confrontos entre os movimentos rivais

O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO, QUE ATÉ MARÇO AJUDARA A CIMENTAR A SOLIDARIEDADE INTERNA DO MFA, TORNOU-SE, DEPOIS DE MARÇO DE 75, NUM GRANDE MOTIVO DE IRRITAÇÃO E DIVISÃO, À MEDIDA QUE A SITUAÇÃO EM ANGOLA SE MOSTRAVA CADA VEZ MAIS INSANÁVEL E OS ESTRANGEIROS INTERVINHAM A SEU BEL-PRAZER.

eram frequentes. Em Fevereiro de 1975 Neto expulsou Daniel Chipenda, que fora um elemento-chave no estratagema de Mobutu e Spínola para contornar a liderança de Neto no ano anterior. A sua exclusão foi, por isso, pouco surpreendente; mas Chipenda, líder

da «Revolta do Leste», fora um dos melhores comandantes de campo do MPLA e o único dirigente importante do movimento que não era nem mbundu nem mestiço. Os cismas entre e dentro dos movimentos de libertação de Angola eram em parte étnicos, em parte regionais, e em parte o resultado da política colonial dos portu-

A RÁPIDA DETERIORAÇÃO DA SITUAÇÃO EM ANGOLA ERA ESPECIALMENTE PERIGOSA PORQUE ABRIA OPORTUNIDADES PARA A INTERFERÊNCIA DE ESTRANGEIROS, OPORTUNIDADES ESSAS QUE NÃO TINHAM EXISTIDO NO MESMO GRAU NA GUINÉ-BISSAU OU EM MOÇAMBIQUE.

gueses. O regime de Salazar perseguira brutalmente os nacionalistas, o sistema educacional no território era afluivamente desadequado e anos de clandestinidade, exílio e infiltração tinham deixado cicatrizes psicológicas. Cada uma das principais comunidades etno-linguísticas de Angola era representada por um movimento político e um exército de guerrilha. A FNLA estava enraizada na comunidade bakongo de 700 mil pessoas do Norte de Angola. Depois de uma insurreição rural sangrenta em 1961 e a subsequente repressão brutal dos bakongo pelos portugueses, mais de 400 mil bakongo atravessaram a fronteira para o Zaire, onde viviam outros da sua etnia. A FNLA, liderada por Holden Roberto, estava profundamente envolvida no sistema político zairense e gozava de santuário e apoio do Presidente Mobutu. Em 1973 a FNLA recebeu assistência militar dos chineses. O movimento era militarmente forte mas politicamente fraco, e a sua direcção era muito personalizada. A UNITA, com implantação nos dois milhões de ovimbundu do planalto central de Benguela, era dirigida por um antigo correlegionário de Roberto, Jonas Savimbi, carismático e educado na Suíça, e filho de um ferroviário de Benguela. Depois do golpe de Lisboa a UNITA acenara aos angolanos brancos, que a apoiaram até ao momento em que iniciaram a debandada de Angola, em meados de 1975. As raízes do MPLA estavam nos cerca de um milhão e 300 mil mbundu (de língua kimbundu) de Luanda e do seu *hinterland*. Tendo-lhe sido negadas bases no Zaire, o MPLA operava a partir do Congo-Brazaville, conduzindo incursões militares em Cabinda, o enclave rico em petróleo, e nas planícies do Leste de Angola. A liderança do MPLA era urbana, de esquerda, e racialmente mista, com forte apoio popular dos mbundu rurais e dos favelados urbanos. O líder do MPLA, Agostinho Neto, como Roberto mas ao contrário de Savimbi, devia a sua sobrevivência em grande parte ao apoio exterior. O MPLA fora o beneficiário exclusivo da ajuda soviética e europeia oriental, e há muito que era próximo da esquerda portuguesa. O Comité de Libertação da OUA, fazendo uma avaliação dos três movimentos no início de 1975, descobriu que a UNITA gozava do maior apoio e o MPLA do menor, enquanto a FNLA estava a meio dos dois. A OUA, na altura (princípio de 1975), tal como os portugueses e os soviéticos, endossava a ideia de um governo de coligação. Devido em parte ao fraccionismo dentro e entre os movimentos de libertação em Angola,

os portugueses tinham tido muito mais sucesso do ponto de vista militar no território do que na Guiné-Bissau ou em Moçambique. Com a excepção da UNITA, que em 1974 era uma organização muito pequena e mal armada, cada um dos outros dois movimentos de libertação, a FNLA e o MPLA, eram tanto uma coligação de exilados como efectivas forças de insurreição. Isto contrastava em muito com o PAIGC na Guiné-Bissau e a FRELIMO em Moçambique, que tinham uma capacidade ofensiva formidável, controlavam largas áreas do território e tinham desenvolvido estruturas administrativas rudimentares. Angola possuía, em 1974, a maior população branca em África fora da África do Sul, e os brancos dominavam quase totalmente as infra-estruturas agrícola, administrativa e dos transportes. Foi em parte devido a estas diferenças em relação aos outros territórios que Angola assumiu a importância que assumiu quando a incapacidade de Lisboa controlar o processo de descolonização se tornou óbvia.

A velocidade com que ocorreram as transferências de poder para o PAIGC e a FRELIMO em 1974 ocultou de certa forma as complexidades da situação angolana. Kissinger afirmaria depois do acontecimento que os Estados Unidos não se opuseram ao acesso ao poder de «movimentos radicais» na Guiné-Bissau e em Moçambique. Isto é apenas parcialmente verdade: os Estados Unidos, de facto, ficaram extremamente perturbados com as consequências da independência de Cabo Verde sob os auspícios do PAIGC, e há provas de que contemplaram o apoio a movimentos antiFRELIMO em Moçambique. Não foi a falta de desejo mas a falta de capacidade que impediu os Estados Unidos ou qualquer outro país de interferir no processo de descolonização destes dois países. A rapidez do processo, o reconhecimento por parte do MFA da necessidade de lidar exclusivamente com o PAIGC e a FRELIMO e a firme acção dos portugueses na supressão de tentativas divisionistas significaram que em tal situação, com os movimentos de libertação e o exército português a trabalhar em estreita colaboração, a oportunidade para uma interferência externa efectiva nunca surgiu. Em Angola, nenhum dos movimentos tinha capacidade para agir com a eficácia do PAIGC ou da FRELIMO, e quando a descolonização angolana se tornou na palavra de ordem os portugueses encontravam-se tão divididos entre si que também eles se mostraram incapazes de se opor de forma consistente e eficaz à rápida internacionalização da crise angolana.

Além do mais, Angola, com uma população de cerca de cinco milhões e meio de pessoas, era diferente em outros aspectos importantes dos restantes territórios portugueses. Era incomensuravelmente rica em recursos naturais (petróleo, diamantes, ferro) e produção agrícola (algodão, café, sisal, milho, açúcar e tabaco). Ao contrário de todos os outros territórios, Angola tinha uma balança comercial favorável com o resto do mundo, e uma base sólida para a verdadeira independência. Todavia, de tal maneira a estrutura do território estava dominada pelos brancos (e dependente deles) que a rápida

ANGOLA, NO VERÃO DE 1975, TEVE A INFELICIDADE DE RECRIAR ALGUMAS DAS PIORES CARACTERÍSTICAS DE DUAS CRISES AFRICANAS ANTERIORES, O CONGO E A GUERRA DA ARGÉLIA.

deterioração da situação de segurança e as crescentes, e por vezes sangrentas, confrontações entre os três movimentos nacionalistas em breve semeariam o pânico entre eles. Depois de Março de 75, à medida que os brancos de Angola começavam a fugir do país, levavam consigo quase tudo o que fazia o sistema de governo e a economia funcionar, transformando uma situação já confusa num completo caos. Angola, no Verão de 1975, teve a infelicidade de recriar algumas das piores características de duas crises africanas anteriores, o Congo e a guerra da Argélia, combinando nacionalistas militarizados e endurecidos pela guerra com um ambiente em que os mecanismos que faziam a sociedade funcionar tinham entrado praticamente em colapso¹⁹.

A importância da ênfase neste caos em Angola é a de mostrar o contraste que apresenta com as situações ocorridas no resto de África no período da descolonização. Em quase todo o lado – excepto, talvez, no Congo, Argélia e Guiné-Conacri – a transferência de poder ocorreu com a aquiescência (embora por vezes relutante) das potências coloniais; e, em consequência, a ruptura na administração e nas economias foi surpreendentemente pequena. As experiências das potências estrangeiras nas suas relações com os novos estados africanos não eram por isso apropriadas às situações que tinham surgido em Angola. Aí, novas circunstâncias exigiam novas políticas, que teriam de ser formuladas num contexto internacional que também ele mudara dramaticamente desde 1962.

O CONTEXTO REGIONAL DA INDEPENDÊNCIA ANGOLANA

A descolonização de Angola era uma preocupação especial para o Governo sul-africano, ainda maior do que a rápida retirada dos portugueses de Moçambique. Na colónia portuguesa da África Oriental havia muito pouco que a África do Sul pudesse fazer para influenciar o resultado, uma vez tornado claro em Setembro de 1974 que os militares portugueses na colónia, comandados pelo almirante Vítor Crespo, não tolerariam qualquer interferência na suave transferência de autoridade para a FRELIMO. Um Moçambique independente, contudo, mesmo que governado por um governo marxista, seria extremamente vulnerável à África do Sul e economicamente dependente da boa-vontade de Pretória.

Moçambique e a África do Sul estavam unidos por uma dependência mútua. A maior parte das divisas moçambicanas dependia do uso das suas infra-estruturas portuárias e ferroviárias pelos sul-africanos e dos salários dos trabalhadores moçambicanos nas minas de ouro sul-africanas. A África do Sul dependia de Moçambique para mais de 25 por cento da sua mão-de-obra mineira, e necessitava da energia gerada na barragem de Cabora Bassa. Os portos sul-africanos estavam congestionados. O Governo sul-africano esperava também que boas relações com a FRELIMO desencorajassem qualquer auxílio às guerrilhas na Zululand e no Transvaal oriental. Em Angola, pelo contrário, a África do Sul não conseguia exercer grande pressão económica sobre qualquer governo nacionalista em Luanda e, por causa da Namíbia, era vulnerável onde a sua

própria posição era mais fraca. A tentação de intervir militarmente era por isso muito grande, e à primeira vista parecia estar isenta de riscos, devido às divisões entre os movimentos nacionalistas angolanos e à superioridade logística sul-africana.

A resposta da África do Sul aos desenvolvimentos em Angola tinha, portanto, de assentar mais em capacidades militares do que em persuasão económica. A postura que os estrategos militares sul-africanos adoptaram durante os anos 70 determinou as opções de Pretória em relação a Angola. Enquanto Vorster, o primeiro-ministro sul-africano, falava de *détente* com as nações negras vizinhas, ia armando as forças de defesa do país. Os estrategos militares, entretanto, evocavam cada vez mais o precedente israelita de rápidas acções de preempção, uma doutrina que na África do Sul se denominava *hot pursuit*. Ironicamente, a *hot pursuit* foi pela primeira vez usada contra Kenneth Kaunda em 1971, em resultado

de recontros na faixa de Caprivi, quando Pik Botha, o ministro da Defesa sul-africano, ameaçou «dar-lhe tantas que ele nunca mais se esquecerá» (*hit him so hard he will never forget*). A doutrina da *hot pursuit* foi usada para justificar as primeiras incursões armadas sul-africanas em Angola no Verão de 1975. A «defesa» do complexo hidrográfico do Cunene na fronteira com a Namíbia foi usada para justificar a primeira instalação permanente de forças regulares da África do Sul dentro de Angola, no princípio de Agosto de 1975.

A deterioração da situação em Angola preocupava igualmente o Zaire e a Zâmbia. O encerramento do Caminho-de-Ferro de Benguela durante o Verão de 1975, devido às hostilidades no ainda território português, não podia ter ocorrido numa altura pior para os dois países. Cada um vivia graves problemas económicos e políticos, em especial, mas de forma alguma exclusivamente, em resultado da dramática queda nos preços mundiais do cobre. O Zaire, com uma dívida externa de cerca de 600 milhões de dólares, enfrentava um problema de pagamento de dívidas crónico e em Julho de 75 começou a atrasar-se nas obrigações aos bancos internacionais, entre os quais o Export Import Bank, o First National City Bank, o Chase Manhattan Bank e o Continental Illinois. As suas reservas de divisas eram suficientes para apenas três semanas de importações. Na Zâmbia os problemas económicos não eram menos graves. O declínio nos preços do cobre tornara a indústria totalmente não-lucrativa, visto que o custo de produção ultrapassava o retorno de mercado. O resultado foi a redução dos ganhos em divisas a zero. O impacto social desta condição económica foi muito sério. As exportações de cobre tinham sustentado um nível excepcionalmente elevado de comércio. Além disso, 40 por cento das receitas públicas directas vinham do sector mineiro, e uma grande parte da alimentação era importada.

A POSTURA QUE OS ESTRATEGOS MILITARES SUL-AFRICANOS ADOPTARAM DURANTE OS ANOS 70 DETERMINOU AS OPÇÕES DE PRETÓRIA EM RELAÇÃO A ANGOLA. ENQUANTO VORSTER, O PRIMEIRO-MINISTRO SUL-AFRICANO, FALAVA DE DÉTENTE COM AS NAÇÕES NEGRAS VIZINHAS, IA ARMANDO AS FORÇAS DE DEFESA DO PAÍS.

Eram estas complexas inter-relações regionais que tornavam a escalada dos conflitos em Angola tão perigosa. Mas foi a relação com o Zaire que prendeu os Estados Unidos à crise angolana e fez reviver o velho plano que o general Spínola e o Presidente Mobutu tinham congeminado em Setembro do ano anterior.

No Zaire, a especial sensibilidade aos desejos do Presidente Mobutu e a sua eficácia em os promover tinha cinco causas. Em primeiro lugar, em finais de 74 e ao longo de 1975 o Zaire atravessa uma grave crise económica, que, entre outras consequências, tinha a de dar um peso inusitado às opiniões dos meios financeiros internacionais, especialmente os dos Estados Unidos, da França e da Bélgica²⁰, acerca da evolução do país. Em segundo lugar, Mobutu possuía importantes canais privados de comunicação com Washington, e ao usá-los logrou circundar e neutralizar as avaliações realistas que experientes especialistas em assuntos africanos nos serviços secretos e no Departamento de Estado vinham elaborando²¹. Em terceiro lugar, no final do Verão de 1974, Mobutu já antecipara a estratégia a ser seguida pelo Ocidente, ao conceder à FNLA um acesso privilegiado às fontes de apoio ocidental. Esta era uma consequência inevitável de actuar em Angola através do Zaire. Ao longo dos anos, a FNLA tornara-se pouco mais do que uma extensão das forças armadas de Mobutu, e Holden Roberto, o líder da FNLA, era um homem ligado a Mobutu pelo casamento e por muitos favores antigos. Em quarto lugar, o Zaire desempenhava um papel central nas estruturas globais no seio das quais a Administração Nixon procurara organizar as suas relações internacionais. Um reconhecimento dos limites do poder e capacidade dos Estados Unidos em se envolver internacionalmente era a ideia original subjacente à doutrina de Nixon – de facto, tratava-se de uma política de envolvimento selectivo na construção de estados amigos em regiões importantes²². A quinta razão para a deferência prestada às maquinações de Mobutu era o facto de, apesar de o Zaire ocupar um lugar privilegiado nas relações dos Estados Unidos com África durante a década de 70, os principais políticos em Washington continuarem bastante ignorantes acerca do que efectivamente aí se passava. Esta ignorância devia-se em grande medida ao estilo pessoal do mais influente político americano da altura, Henry Kissinger. O problema no Verão de 1975 não foi Kissinger dar demasiada atenção ao Zaire e a Angola, mas precisamente o contrário. Kissinger tinha em baixa conta África, os africanos e os especialistas em assuntos africanos, que muitas vezes eram objecto das suas piadas e humilhações. Além disso, entre 1974 e 1976 houve quatro subsecretários de Estado para os Assuntos Africanos, e dois deles foram forçados a sair em menos de um ano por terem avisado Kissinger de estar a criar uma hecatombe em África. A África portuguesa fora sempre uma especialidade de Nixon. O plano de descolonização de Spínola e Mobutu tinha as suas raízes na cimeira de Spínola e Nixon de 19 de Junho de 1974 nos Açores, altura em que Spínola traçara um extraordinário quadro de subversão comunista na Europa e em África²³. Mas dois meses depois Nixon abandonou o poder, e Spínola apenas sobreviveu no seu lugar até ao fim de Setembro. Devia ter sido óbvio que havia uma grave fraqueza numa política que herdara a sua lógica

de um colonialismo morto, que procurava exercer o poder através de influência informal sobre clientes tenuamente controlados, e onde os predecessores europeus, com as formidáveis vantagens de uma longa experiência local e de uma soberania formal, tinham acabado de falhar.

O DESPERTAR TARDIO DOS EUA

Quando, tardiamente, os principais decisores em Washington começaram a ganhar um interesse directo no que se estava a passar em Angola foi em grande parte como resultado das medidas que a União Soviética estava a tomar para impedir as tentativas do Zaire de negar ao MPLA e a Neto os frutos de uma vitória pela qual tinham lutado durante vinte anos. Mas nessa altura, no que respeita a África, os Estados Unidos estavam já encurralados numa teia de alianças, assunções e falhanços passados mal compreendidos, da qual era difícil fugir. A importância dada em Washington ao apoio comunista ao MPLA servia para encobrir o facto de as raízes da escalada residirem em acções em que os Estados Unidos tinham estado indirectamente envolvidos (e depois de Janeiro de 1975, directamente, quando a CIA reactivou a sua ligação a Holden Roberto) através do seu cliente zairense. A dimensão africana tornou-se quase irrelevante no processo. Como Helmut Sonnenfeldt, conselheiro no Departamento de Estado e o mais próximo conselheiro de Kissinger para assuntos soviéticos, haveria de explicar mais tarde, os Estados Unidos «não tinham nenhum interesse intrínseco em Angola em si.» Mas «uma vez que um sítio, por mais remoto e pouco importante para nós, se torna num ponto central para os soviéticos, e, neste caso, para a acção militar de uma Cuba apoiada pelos soviéticos, os Estados Unidos adquirem um interesse derivativo que simplesmente não podem evitar»²⁴.

A preocupação com as intenções dos soviéticos, portanto, dominou os avisos que cho-
viam de, entre outros, o cônsul americano em Luanda, uma *task force* interagências e dois
subsecretários de Estado para Assuntos Africanos, do interior da administração; e os res-
peitados especialistas em assuntos africa-
nos John Marcum e Gerald Bender, do
exterior; e o Senador Dick Clark, no Con-
gresso – todos eles defendiam que a não
ser que uma estratégia política de base alar-
gada para a conciliação das facções em
Angola fosse substituída pela tentativa de
favorecer algumas facções em detrimento
das outras, os Estados Unidos estavam des-
tinados a enfrentar uma escalada de exigências sem qualquer certeza de êxito. Destina-
dos, na verdade, a ajudar a criar uma situação em que a resolução do conflito viria através
de meios militares e com os Estados Unidos mal preparados e incapazes de agir na pres-
tação de ajuda às próprias forças que tinham induzido no conflito. Em nenhuma altura,
a não ser demasiado tarde, os Estados Unidos pensaram no que envolveria uma solução

EM NENHUMA ALTURA, A NÃO SER DEMASIADO
TARDE, OS ESTADOS UNIDOS PENSARAM NO QUE
ENVOLVERIA UMA SOLUÇÃO PURAMENTE MILITAR
PARA A CRISE ANGOLANA. CONTINUAVAM
A ACREDITAR QUE A VELHA E FIEL FÓRMULA
DA CLANDESTINIDADE, MAIS MERCENÁRIOS
E DINHEIRO, FUNCIONARIA TAL COMO NO PASSADO.

puramente militar para a crise angolana. Continuavam a acreditar que a velha e fiel fórmula da clandestinidade, mais mercenários e dinheiro, funcionaria tal como no passado. Quando se tornou evidente que isto só não chegava, a única potência alternativa com capacidade e desejo de intervir era a África do Sul, que era a última coisa que o Ocidente e os nacionalistas antiMPLA deveriam ter consentido. A brutal intervenção da África do Sul punha em causa a credibilidade do Ocidente perante a opinião pública africana, ofuscava as dúvidas que muitos estados africanos (em particular a Nigéria) tinham em relação ao MPLA e aos seus amigos, e fazia da assistência em larga escala dos soviéticos e cubanos a Neto uma coisa respeitável.

Os soviéticos tinham as suas razões especiais para serem sensíveis ao papel do Zaire nas crises angolanas. O Zaire fora palco da humilhação soviética no início dos anos 60. Foi precisamente devido às infelizes experiências soviéticas em sítios como o antigo Congo Belga que a URSS embarcou na criação de uma estrutura de apoio de longa distância para a prevenção de tais humilhações. Os soviéticos, que apenas tinham sido capazes de fornecer dezasseis aviões de transporte e uns quantos camiões a Lumumba, em 1960, conseguiram, em 1975, conceder a Agostinho Neto 200 milhões de dólares em assistência militar no mar e no ar, estabelecer uma ponte aérea com cerca de 46 voos de transporte médio e pesado, e levar nos seus IL-62 uma considerável parte das 11 mil tropas de combate cubanas enviadas para Angola neste período²⁵.

No fim de Outubro de 75, o que restava do velho plano Spínola-Mobutu foi posto em acção. As forças zairenses apoiadas pelos EUA entraram pelo Norte, enquanto pelo Sul avançava uma operação combinada entre extremistas de direita portugueses, tropas sul-africanas, e um díspar conjunto de gente que incluía a UNITA, forças auxiliares da FNLA e de Daniel Chipenda. Quando estas forças tentaram tomar Luanda antes de 11 de Novembro de 1975, foi com grande surpresa que encontraram tropas cubanas, chegadas nas semanas anteriores em velhos aviões *Britannia*, depois do pedido urgente de Agostinho Neto. As heterogéneas forças ocidentais não conseguiram, por isso, evitar que o MPLA declarasse a independência de Angola sob os seus auspícios exclusivos na capital do país, a 11 de Novembro.

A INTERVENÇÃO SOVIÉTICA E CUBANA

A intervenção da União Soviética de 1960 a favor de Lumumba, não obstante a sua pequena envergadura e resultados dúbios, assinalara um importante ponto de viragem. Marcara a primeira utilização de aviões de transporte numa situação de crise fora dos países do bloco soviético. A criação da patrulha naval da África Ocidental no final de 1970 para proteger Conacri e, indirectamente, o quartel-general do PAIGC, fora também um passo importante na vontade dos soviéticos em ajudar militarmente os seus clientes e correr riscos em seu nome. A capacidade soviética de estabelecer pontes aéreas de larga escala tinha estado muito em evidência durante a guerra do Médio Oriente de 1973, quando os soviéticos realizaram 934 voos para nações árabes, entregando 15 mil

toneladas de material a somar à ainda maior tonelagem despachada por cargueiros. A ponte aérea dos Estados Unidos com C-5 e C-141 para Israel através dos Açores no mesmo período compreendia 568 voos e entregara 23 mil toneladas de mantimentos. A experiência do Médio Oriente dera aos soviéticos uma enorme confiança na sua capacidade de influenciar os acontecimentos no Terceiro Mundo. Em Abril de 74, o marechal Grechko disse que

«no momento presente, a função histórica das forças armadas soviéticas não se restringe apenas à sua função de defesa da pátria e de outros países socialistas. Na sua actividade de política externa, o Estado soviético opõe-se activa e empenhadamente à exportação de contra-revoluções e à política de opressão, apoia a luta de libertação nacional e resolutamente resiste à agressão imperialista onde quer que possa aparecer, por mais distante que seja a região do planeta.»²⁶

Em 1975 começou a ajuda directa da URSS ao MPLA, sob a forma de armas entregues por mar e ar via Brazzaville; em Março, os aviões de carga soviéticos começaram a fornecer equipamento militar, depois enviado por mar para Cabinda ou Luanda; em Abril, foram entregues algumas centenas de toneladas de armamento, em voos Bristol Britannia fretados, de Dar Es-Salam para aeródromos controlados pelo MPLA no Centro de Angola. Dois cargueiros jugoslavos descarregaram armas em Angola, seguidos por dois navios alemães-orientais e um argelino. Em Abril, Paulo Jorge do MPLA visitou Cuba em busca de especialistas que dessem assistência ao sofisticado equipamento que chegava da URSS e da Europa de Leste e que as forças do MPLA não sabiam operar²⁷.

Os militares cubanos com conhecimentos suficientes para usar o sofisticado equipamento começaram a tomar parte nas operações de combate no final da Primavera de 1975. «Conselheiros» cubanos estavam envolvidos na luta no Caxito no final de Maio, onde foram usados os primeiros tanques pelo MPLA. Em Maio e Junho, cerca de duzentos e trinta conselheiros cubanos estabeleceram campos de treino em Benguela, Cabinda, Henrique de Carvalho e Salazar. Todas estas primeiras tropas cubanas entraram via Congo-Brazzaville. Em meados de Agosto, a UNITA tinha unidades a enfrentar os cubanos no Lobito. Em Julho, o MPLA abordou os soviéticos no sentido de um envio de tropas suas, para além dos especialistas de treino militar. Os soviéticos consideraram a sugestão demasiado provocadora e aconselharam o MPLA a pedir tal assistência a Cuba. No princípio de Agosto uma missão do MPLA visitou Havana para pedir a Castro que lhes enviasse tropas. Em meados desse mês, Castro

EM MEADOS DE AGOSTO, CASTRO AUTORIZOU O PLANEAMENTO LOGÍSTICO NECESSÁRIO PARA MONTAR A PONTE MARÍTIMA E AÉREA DE TROPAS, EQUIPAMENTO E MANTIMENTOS ATRAVÉS DO ATLÂNTICO ATÉ ANGOLA. A OPERAÇÃO ERA COMPLEXA, ENVOLVENDO A CHEGADA SIMULTÂNEA A ANGOLA DE TROPAS CUBANAS E ARMAMENTO SOVIÉTICO.

autorizou o planeamento logístico necessário para montar a ponte marítima e aérea de tropas, equipamento e mantimentos através do Atlântico até Angola. A operação era complexa, envolvendo a chegada simultânea a Angola de tropas cubanas e armamento soviético.

Os alemães-orientais e os soviéticos também estiveram activos entre meados de Agosto e Novembro. Vinte e sete navios carregados de equipamento militar e quarenta missões de abastecimento por aviões militares de carga AN-22 chegaram a Brazzaville, para serem depois transportados por mar para Angola antes da independência. O número de conselheiros militares soviéticos em Angola chegou a duzentos. Os alemães-orientais tinham um acordo de cooperação militar com o Congo-Brazzaville desde 1972 – o primeiro acordo do género entre a RDA e um país africano. Brazzaville fora o centro das actividades do MPLA antes dos Acordos do Alvor e até à altura em que a liderança do movimento se mudou para Luanda em Fevereiro de 1975. Os alemães-orientais, tal como os cubanos, tinham um papel importante na estratégia «contra-imperialista» dos soviéticos e, também como os cubanos, as forças de segurança da RDA estavam subordinadas ao aparelho do KGB. O secretário-geral do SED da RDA, Honecker, dizia ao congresso do partido em Maio de 1976 que «dada a actual relação de forças... a missão da RDA em África e no Terceiro Mundo é muito substancial». Em 1975, em Angola, a Alemanha Oriental forneceu armas pesadas e outro material de guerra ao MPLA, bem como instrutores militares, pilotos para os portos de Luanda e do Lobito, e pessoal médico. O serviço de segurança do Estado alemão-oriental treinou os serviços secretos e de segurança do MPLA.

A crise em Angola agudizou-se em Julho. A 18 de Julho os Estados Unidos decidiram aumentar o apoio às forças antiMPLA. O «comité dos 44», o grupo interagências a alto nível que aconselhava o Presidente acerca de acções secretas e perante o qual a CIA era responsável, autorizou o uso de 14 milhões de dólares em assistência secreta, os quais seriam pagos em duas fatias à FNLA e à UNITA (uma soma que cresceu para 25 milhões

em Agosto e 32 milhões em Novembro).

EM NOVEMBRO, O EXÉRCITO PORTUGUÊS
EM ANGOLA ERA UM ESPECTADOR IMPOTENTE.
O ÚLTIMO REPRESENTANTE OFICIAL DE PORTUGAL,
O GENERAL SILVA CARDOSO, E OS SEUS
FUNCIONÁRIOS DESAPARECERAM CALMAMENTE
DE LUANDA UM DIA ANTES DA INDEPENDÊNCIA.

Uma semana antes, a 14 de Julho, em Angola, o MPLA expulsara os seus rivais de Luanda. Ao lançar a ofensiva, em Outubro tomara já o controlo de doze das dezasseis capitais de distrito angolanas. Em Julho, o Zaire enviou uma companhia de comandos e um esquadrão de carros de assalto para

combater do outro lado da fronteira. Daniel Chipenda fora em Junho à Namíbia encontrar-se em Windhoek com o general Hendrik van den Bergh, chefe do BOSS, os serviços secretos sul-africanos. O apoio da África do Sul à FNLA parece ter começado em Julho e à UNITA em Setembro. Em meados de Agosto duas companhias de pára-quedistas zai-rienses juntaram-se à acção em apoio da FNLA. Ao mesmo tempo, as forças regulares

sul-africanas ocuparam as centrais eléctricas de Ruacana e Calacque e o complexo hidroeléctrico do Cunene. Em Setembro, *rockets* de 122 milímetros soviéticos foram pela primeira vez usados em combate a norte de Luanda. Estes denominados «órgãos de Estaline» semearam o pânico entre as tropas zaienses e da FNLA, que retiraram. Três navios mercantes cubanos deixaram a ilha na direcção a Angola no princípio de Setembro após urgentes apelos do MPLA, que temia agora uma invasão em larga escala dos sul-africanos, aumentada pela assistência americana, através do Zaire, à FNLA e UNITA. Os soviéticos tinham abandonado a ideia de uma coligação política em Março; na sua propaganda chamavam à UNITA e à FNLA fraccionistas e descreviam a guerra em Angola não como uma «guerra civil» mas como uma «guerra de intervenção». Infelizmente para Angola, a guerra era tanto uma guerra civil como uma guerra em que a intervenção externa ocorria a uma escala massiva. Os chineses, a partir do seu ponto de observação no Zaire, decidiram retirar a sua ajuda. Em 27 de Outubro de 1975 retiraram todos os seus instrutores militares da FNLA.

Em Novembro, o exército português em Angola era um espectador impotente. O último representante oficial de Portugal, o general Silva Cardoso, e os seus funcionários desapareceram calmamente de Luanda um dia antes da independência. De facto, no momento em que a independência era declarada em Luanda, o MPLA detinha pouco mais do que a capital e uma faixa de Angola central interior até Shaba²⁸. Os conselheiros e as armas antitanque sul-africanos tinham ajudado a deter um avanço do MPLA em Nova Lisboa (Huambo) no princípio de Outubro. Nova Lisboa era o centro da força da UNITA e o local da declaração de um Estado independente («a República Social Democrática de Angola») pela UNITA e a FNLA em 11 de Novembro. Em Outubro os sul-africanos tinham ajudado a mudar a maré no Sul contra o MPLA. Um grupo de combate dirigido pelos sul-africanos (Zulu) com carros de assalto e morteiros viajara quatrocentas milhas desde a fronteira da Namíbia em duas semanas, derrotando o MPLA e os cubanos em Benguela e no Lobito, e assim assumindo o controlo do terminal do Caminho-de-Ferro de Benguela. No Centro de Angola, uma segunda unidade de combate sul-africana («Foxbat») com um esquadrão de carros de assalto tinha-se movimentado quinhentas milhas mais para norte, na direcção de Luanda, e inflingido uma severa derrota aos cubanos na Ponte 14 (a norte de Santa Comba), matando mais de duzentos homens, bem como outros duzentos soldados do MPLA. A norte de Luanda a FNLA e as tropas zaienses tinham, mais uma vez, chegado ao Caxito, a pouco tempo da capital.

A 7 de Novembro começou uma grande ofensiva cubana, quando 650 tropas de combate chegaram a Angola via Barbados e Guiné-Bissau. A 27 de Novembro um regimento de artilharia cubano e um batalhão de tropas motorizadas e infantaria desembarcaram na costa angolana depois de uma travessia marítima de vinte dias. Os soviéticos tinham entretanto deslocado para águas angolanas uma força naval que protegia os navios que descarregavam armas vindas de Pointe-noire, no Congo.

Os transportes militares soviéticos traziam, por meios aéreos, reforços e armas desde o final de Outubro. Os russos forneceram MIG-21, tanques T-34 e T-54, carros de transporte de tropas blindados, mísseis antitanque e SAM-7, lançadores de rockets e

metralhadoras automáticas AK-47, para além dos rockets de 122 milímetros que se tinham mostrado totalmente eficazes, em especial contra os zairenses. (Depois de Outubro dizia-se que os soldados zairenses entravam na batalha em marcha atrás, para melhor fugirem quando fossem ameaçados pelo incrível poder dos «órgãos de Estaline».) A intervenção

A TASK-FORCE PARA ANGOLA NA SEDE DA CIA EM LANGLEY ESTIVERA TÃO CONFIANTE NO SUCESSO DAS TROPAS ZAIRENSES E SUL-AFRICANAS QUE A 11 DE NOVEMBRO OS SEUS MEMBROS TINHAM CELEBRADO A INDEPENDÊNCIA ANGOLANA COM VINHO E QUEIJO NOS SEUS GABINETES SOFISTICADOS.

soviética e cubana foi decisiva. Salvou o MPLA e o seu regime, e alterou profundamente o equilíbrio de poder no Sul da África.

O OCIDENTE DIVIDIDO

O secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, tal como os sul-africanos, ficou abalado com a dimensão da resposta soviética e cubana. A *task-force* para Angola na sede da CIA em Langley estivera tão confiante no sucesso das tropas zairenses e sul-africanas que a 11 de Novembro os seus membros tinham celebrado a independência angolana com vinho e queijo nos seus gabinetes sofisticados. A chegada de navios e aviões soviéticos e cubanos a Pointe-Noire e Brazzaville fora observada pela vigilância dos serviços secretos americanos, mas o desembarque de tropas fizera-se durante a noite e uma férrea disciplina imposta durante a viagem marítima ocultara a presença de tropas. Foi apenas em Novembro que a CIA percebeu que quatro mil tropas de combate cubanas estavam no terreno em Angola, um número que entretanto cresceu para 15 mil em Janeiro de 1976. Em Fevereiro de 1976, a ponte aérea e marítima soviético-cubana tinha transportado 38 mil toneladas de armas e mantimentos para Angola. Embora a política externa sul-africana tenha sempre acreditado na ameaça comunista em África, claramente não dera atenção suficiente às consequências de uma forte presença militar convencional comunista sob a forma de cerca de 20 mil tropas cubanas. Embora a África do Sul só tenha tido 43 baixas em mais de dois mil soldados, no final de 1976 concluía que, por razões militares e políticas, não estava em posição de enfrentar uma superpotência. Depois de fugas de informação para a imprensa no Outono, os Estados Unidos afastaram-se efectivamente da competição em Angola quando maiorias esmagadoras nas duas Câmaras do Congresso proibiram a ajuda secreta à FNLA e à UNITA. A OUA, em resposta ao facto de a intervenção sul-africana se ter tornado pública em Novembro, abandonou a sua anterior neutralidade e apoiou o MPLA como legítimo governo de Angola. A intervenção sul-africana foi especialmente decisiva no caso da Nigéria, quando o MPLA foi ao ponto de enviar prisioneiros de

guerra sul-africanos à reunião da OUA em Lagos para provar que havia de facto tropas sul-africanas envolvidas no conflito angolano.

Ao longo de toda a guerra civil angolana, o Ocidente dividiu-se nos seus objectivos. Os objectivos franceses não eram os mesmos dos americanos. Os portugueses que os americanos apoiavam em Angola eram os mesmos a que se opunham em Portugal. A África do Sul, embora útil como fonte de informação secreta, era um desastre como aliado no conflito.

Duas das maiores multinacionais em Angola mostraram-se mais do que dispostas a trabalhar com o MPLA. A Diamang, que detinha concessões para exploração de diamantes na área de Luanda, durante alguns anos empregara na sua força de segurança privada antigos gendarmes katangueses que tinham fugido para Angola após o colapso do movimento de secessão no vizinho Katanga em meados dos anos 60. Com o encorajamento e apoio financeiro de oficiais portugueses e a aquiescência da Diamang, os gendarmes, uma força de combate efectiva, juntaram-se às depauperadas unidades militares do MPLA em 1975; em Novembro, revelaram-se importantes na defesa de Luanda. Os katangueses eram inimigos amargos do Presidente zaireense Mobutu, o principal apoiante externo dos rivais do MPLA, Holden Roberto e FNLA. A outra multinacional era a Gulf Oil, que após a queda do governo tripartido de transição em Julho de 1975 continuou a pagar os seus direitos de exploração a uma administração em Luanda que para todos os efeitos era apenas composta pelo MPLA. Kissinger interveio em Novembro para suspender estes pagamentos durante um certo tempo, mas a Gulf pagou os direitos sob a forma de garantias bancárias, e o MPLA mais tarde recebeu os 100 milhões de dólares em questão com juros.

A posição do Ocidente estava fundamentalmente enfraquecida pela incapacidade de apresentar objectivos para as suas acções além do objectivo negativo de negar a vitória do MPLA. Que tipo de Angola pensavam que uma vitória FNLA/UNITA iria criar? Os sul-africanos terão pensado criar uma espécie de estado-tampão na zona centro-sul do país. O Zaire parece ter cobiçado Cabinda.

O MPLA, pelo contrário, manteve-se firme na defesa de um Estado unitário; detinha a capital e a sua maior fonte de apoio étnico residia numa cintura alargada no coração do país. Tão consciente estava Neto dos riscos de balcanização implícitos na ofensiva da FNLA/UNITA que no dia da independência se recusou a cortar o bolo comemorativo, com medo que fosse um mau presságio da divisão de Angola. Muitos outros aliados estavam notoriamente ausentes do alinhamento ocidental: o Brasil, por exemplo, que estivera entre os primeiros a reconhecer o regime de Neto e Israel, que, apesar dos apelos de Kissinger, tinha tido por uma vez o bom senso de se manter longe do conflito.

TÃO CONSCIENTE ESTAVA NETO DOS RISCOS DE
BALCANIZAÇÃO IMPLÍCITOS NA OFENSIVA DA
FNLA/UNITA QUE NO DIA DA INDEPENDÊNCIA SE
RECUSOU A CORTAR O BOLO COMEMORATIVO,
COM MEDO QUE FOSSE UM MAU PRESSÁGIO
DA DIVISÃO DE ANGOLA.

Quanto ao volume da ajuda, é muito difícil encontrar números exactos. Kissinger repetidamente utilizou os 200 milhões de dólares para descrever o valor do armamento transferido dos soviéticos para o MPLA em 1975. Outras fontes indicam um valor de 300 milhões de dólares; a agência de controlo de armamento dos EUA fala em 190 milhões. A ajuda americana anterior à proibição do Congresso estava na ordem dos 32 milhões, mas investigadores do House Select Committee on Intelligence descobriram que este montante se baseava em esquemas contabilísticos que subestimavam grandemente o valor das armas fornecidas. Mas as importações de armas pelo Zaire, no período da guerra civil, subiram para 126 milhões de dólares em 1976, comparados com uns meros 27 milhões no ano anterior. Os chineses também concederam ajuda directamente à FNLA e permitiram que armas suas na posse do exército zairense fossem entregues ao movimento de Roberto. Estima-se que a França e a Grã-Bretanha terão gasto vários milhões de dólares cada uma em operações angolanas, e as despesas da defesa sul-africana subiram para quase 19 por cento de toda a despesa pública (1 711,7 milhões de randes em 1977-1978) para fazer face aos custos da intervenção em Angola, com as despesas a exceder as estimativas do orçamento em cerca de 228,7 milhões de randes. Houve também um considerável apoio do Governo e entidades privadas às forças de extrema-direita portuguesas activas ao lado da UNITA e dos sul-africanos no Sul de Angola em 1976-1978 e no Norte com a FNLA no mesmo período. Mais tarde foram disponibilizados mais fundos na Europa para o recrutamento de mercenários. E uma parte do dinheiro que vários governos da NATO subrepticamente despejaram em Portugal foi empregue na protecção dos objectivos ocidentais em África. Parece plausível, portanto, que no total estas diversas subvenções de fontes ocidentais equivaleram, e terão mesmo ultrapassado, os 200 milhões de dólares gastos pelos soviéticos. De qualquer das formas, o problema não era quanto se gastava em armamento mas a qualidade dos soldados que o podia usar²⁹.

EPÍLOGO

As guerras em Angola ou em Moçambique não acabaram em 1976, mas o fim do domínio português em África teve consequências internacionais de longo alcance. Na África meridional rapidamente se tornou evidente que a posição do Governo de minoria branca na Rodésia já não era defensável; e após cinco anos de independência de Angola, a Rodésia emergiu como Zimbabwe, uma nação independente e governada por negros, algo que Ian Smith, o antigo primeiro-ministro rodesiano, jurara não vir a acontecer no espaço de cem anos. O fiasco da intervenção sul-africana na guerra de Angola abalou a confiança de Pretória, despertou as townships negras e agravou o isolamento do regime do apartheid. Por volta de 1990, o destino do regime branco estava traçado e em 1994 Nelson Mandela foi eleito o primeiro Presidente negro da África do Sul.

O envolvimento activo das duas superpotências mundiais e seus clientes no imbróglio angolano estabeleceu igualmente precedentes para o futuro. Em 1976, o secretário de

Estado Henry Kissinger chamou a Angola uma das «frentes decisivas» do expansionismo soviético no Terceiro Mundo³⁰. Por uma vez, Kissinger usava de palavras brandas. Ironicamente, a percepção do falhanço americano em Angola alimentou o rearmamento dos anos de Reagan, encorajou os Estados Unidos a dar apoio clandestino aos rebeldes muçulmanos anti-soviéticos no Afeganistão e, finalmente, criou a pressão suficiente sobre a URSS para que, em menos de duas décadas, a própria União Soviética acabasse por implodir. **RJ**

TRADUÇÃO: MARTA AMARAL

- 1** Para uma contextualização dos acordos dos Açores, ver Sweeney, J. F. – «The Luso-American Connection 1941-1945» [artigo não publicado apresentado à 2.ª Conferência Internacional sobre Portugal Contemporâneo, Durham, New Hampshire, Junho de 1979]; ver também Hugh Kay, *Salazar and Modern Portugal* e William Minter, *Portuguese Africa and the West*. Para a posição de Nogueira ver Franco Nogueira, *Diálogos Interditos: A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*, 2 vols., Braga, Intervenção, 1979, vol. 1. O «Plano Anderson» é analisado por Michael A. Samuels e Stephen M. Haykin em «The Anderson Plan: An American Attempt to Seduce Portugal out of Africa», *Orbis*, Outono de 1979, pp. 649-669. Para as negociações originais entre os EUA e Portugal, George F. Kennan, *Memoirs: 1925-1945*, Boston, Little & Brown, 1967, e o seu despacho, Lisboa, 19 de Fevereiro de 1943, 740.0011 EW 1939/28173, National Archives, Washington, DC. Também J. K. Sweeney, «Portugal, the United States and Aviation, 1945», *Rocky Mountain Social Science Journal*, 9 de Abril de 1972, pp. 77-83.
- 2** Ver Wm Roger Louis e Prosser Gifford, eds., *The Transfer of Power in Africa: Decolonization 1940-1960*, New Haven, Yale University Press, 1982.
- 3** Ver Carlos Bessa, *A Libertação de Timor na Segunda Guerra Mundial: Importância dos Açores para os Interesses dos Estados Unidos*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1992.
- 4** Ver José Freire Antunes, *Os Americanos e Portugal: Kennedy e Salazar*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991.
- 5** Ver José Freire Antunes, *Os Americanos e Portugal: Nixon e Caetano*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992.
- 6** Ver Ernesto 'Che' Guevara, *The African Dream: The Diaries of the Revolutionary War in Congo*, Nova York, Grove Press, 1999, e Piero Gleijeses, *Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa 1959-1976*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2002.
- 7** Portugal recebeu transferências de armas no valor de 280 milhões de dólares entre 1967 e 1976. A maior parte veio de França: no valor de 121 milhões de dólares. Cinquenta milhões vieram da RFA e apenas 30 milhões dos EUA.
- 8** Para uma excelente análise deste episódio, ver Stephen S. Kaplan, «Naval Diplomacy in West African Waters», in *Diplomacy of Power: Soviet Armed Forces as a Political Instrument*, Washington, DC, Brookings Institution, 1981, pp. 519-569.
- 9** Hollis R. Lynch, «Pan-African Responses in the United States to British Colonial Rule in Africa in the 1940s», in *The Transfer of Power in Africa...*, pp. 57-86.
- 10** Acerca do MPLA e de Neto, ver John Marcum, *The Angolan Revolution*, 2 vols., Cambridge Mass., MIT Press, 1969-1978.
- 11** Na altura do golpe de Lisboa a CIA tentava trocar o capitão Pedro Peralta, um cubano capturado pelos portugueses na Guiné, por Lawrence K. Lunt, um homem de negócios americano detido em Havana. Peralta foi eleito para o Comité Central do Partido Comunista Cubano no final de 1975, e representou Cuba na declaração de independência da República Popular de Angola, em Luanda, a 11 de Novembro de 1975.
- 12** Para o relato do próprio Spínola, ver António de Spínola, *País Sem Rumos: Contributo para a História de uma Revolução* (Lisboa, Scire, 1978). Para outras análises do primeiro ano da revolução, ver Robin Blackburn, «The Test in Portugal», *New Left Review*, vols. 87-88, Setembro-Dezembro de 1974; Paul M. Sweeney, «Class struggles in Portugal», *Monthly Review*, vols. 26 e 27, Setembro-Outubro de 1975; Michael Harsgor, «Portugal in Revolution», *The Washington Papers*, Centre for Strategic and International Studies, Georgetown University, Beverly Hills, Sage Publications, 1976. Também Kenneth Maxwell, «The Thorns of the Portuguese Revolution», *Foreign Affairs*, Janeiro de 1976, pp. 250-270, e Kenneth Maxwell, «The Transition in Portugal», *Working Papers No. 81*, Washington, DC, Latin American Program, The Wilson Center, Smithsonian Institution, 1981.
- 13** Jean Daniel, *Le Nouvelle Observateur*, Paris, 1974.
- 14** *Boletim do MFA*, Lisboa, 1974.
- 15** Há vários trabalhos importantes sobre as origens do MFA, bem como relatos dos principais participantes no movimento. A melhor análise pode ser encontrada em Avelino Rodrigues, Cesário Borge e Mário Cardoso, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril: 229 Dias para Derrubar o Fascismo*, Lisboa, Moraes, 1974; *Insight on Portugal*, *Sunday Times*, 1975; Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*, Amadora, Livraria Bertrand, 1977; Dinis de Almeida, *Origens e Evolução do Movimento dos Capitães: Subsídios para uma Melhor Compreensão*, Lisboa, Edições Sociais, 1977; George Grayson, «Portugal and the Armed Forces», *Orbis*, 19, Verão de 1975, pp. 335-378. Ver Márcio Moreira Alves, *Les Soldats Socialistes du Portugal*, Paris, Gallimard, 1975, e Douglas Porch, *The Portuguese Armed Forces and the Revolution*, Londres, Croom Helm; Stanford: Hoover Institution Press, 1977. Alves e Porch têm opiniões diferentes sobre a importância da experiência africana. Alves dá-lhe um papel primordial no estímulo ao radicalismo do MFA e Porch põe em causa a importância de África como factor de radicalização. Porch, contudo, exagera na defesa do seu ponto de vista, e o desacordo, na perspectiva deste autor, tem mais a ver com cronologia do que com substância. A componente africana era vital para explicar o processo de politização, não o seu resultado, sobre o qual Porch, ao sublinhar a força de identidade corporativa do corpo de oficiais, tem sem dúvida razão. Ambos os autores se inspiram largamente nos meus artigos escritos na altura para a *New York Review of Books* 21, n.º 10, Junho 17, 1974, pp. 16-21; 22, n.º 6, Abril 17, 1975, pp. 29-39; 22, n.º 9, Maio 29, 1975, pp. 20-30.
- 16** Para uma útil análise do MFA deste período, ver Dinis de Almeida, *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA*, Lisboa, Edições Sociais, 1978.
- 17** Al Venter, *Report on Portugal's War in Guinea-Bissau*, Pasadena, California Institute of Technology; Munger Africana Library, 1973, e Lars Rudebeck, *Guinea-Bissau, A Study of Political Mobilization*, Upsala, Scandinavian Institute of African Studies, Stockholm, 1974. Para relatos da guerra do lado do PAIGC, ver Basil Davidson, *The Liberation of Guiné: aspects of an African revolution*, Harmondsworth, Penguin, 1969. O relato feito por Marcelo Caetano do seu encontro com Spínola está em *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1974.
- 18** Para a política brasileira baseei-me em «Palestra proferida na Escola Superior da Guerra por Italo Zappa», 31 de Maio de 1976. Para os textos dos acordos de independência e materiais relacionados, ver Orlando Neves, comp., *Textos Históricos da Revolução*, 3 vols., Lisboa, Diabril, 1974-1976.
- 19** Para Angola neste período, ver: Ernest Harsch e Tony Thomas, *Angola: The Hidden History of Washington's War*, Nova York, Pathfinder Press, 1976; Jim Dingeman, «Angola: Portugal in Africa», *Strategy and Tactics*, n.º 56, Maio-Junho de 1976; Colin Legum e Tony Hodges, *After Angola: The War over Southern Africa*, Nova York, Africana Publishing Co., c1978, Gerald J. Bender, «Angola, the Cubans and American Anxieties», *Foreign Policy*, n.º 31, Verão de 1978, pp. 3-33; John A. Marcum, «The Lessons of Angola», *Foreign Affairs* 54, n.º 3, Abril de 1976, pp. 407-425; Kenneth Adelman e Gerald J. Bender, «Conflict in Southern Africa: A Debate», *International Security* 3, n.º 2, Outono de 1978, pp. 67-122; Gerald J. Bender, «Kissinger and Angola: Anatomy of Failure», *American Policy in Southern Africa*, ed. René Lemarchand, Washington DC, University Press of America, 1978, pp. 65-143; e John Marcum, *The Angolan Revolution*, vol. 2 (que trata deste período); Robert Moss, «Castro's secret war exposed», *The Sunday Telegraph*, 30 de Janeiro de 1977, 6 de Fevereiro de 1977, 13 de Fevereiro de 1977; Gabriel Garcia Marquez, «Operation Carlot: Cuba's Role in Angolan Victory», *Cuba Update*, n.º 1, Nova York, Centre for Cuban Studies, Abril de 1977. Este é um excerto do relato baseado no original em castelhano publicado no México. Uma boa análise está em Arthur Jay Klinghoffer, *The Angolan War: A Study in Soviet Policy in the Third World*, Boulder, Westview Press, 1980.
- 20** Relatos excelentes das tensas negociações acerca da dívida e problemas económicos do Zaire podem ser encontrados em Nancy Belliveau, *Institutional Investor*, Março de 1977, pp. 23-28, e Crawford Young, «Zaire: The Unending Crisis», *Foreign Affairs*, Outono de 1978, pp. 169-185.
- 21** Acerca de linhas privadas de comunicação e seu impacto nas relações zaienses-americanas-angolanas, ver os relatórios de Bruce Oudes em *Africa Contemporary Records*, ed. Colin Legum, Nova York, Afri-

cana Publishing Company, especialmente vol. 7, 1974-75, pp. A87-A101, e vol. 8, 1975-1976, pp. A118-A126.

22 Ver Congress, House, Committee on International Relations, *US Policy on Angola: Hearing before the Committee on International Relations*, 94th Cong., 2nd session, 26 de Janeiro de 1976, Washington DC, GPO, 1976, p. 13. Ver também Congress, Senate, Subcommittee on African Affairs and Subcommittee on Foreign Assistance of the Committee on Foreign Relations, *Security Supporting Assistance for Zaire: Hearing before the Subcommittee on African Affairs and the Subcommittee on Foreign Assistance of the Committee on Foreign Relations*, 94th Cong., 1st session, 24 de Outubro de 1975, Washington DC, GPO, 1975, p. 32. Também Kenneth Maxwell, «A New Scramble for Africa», in *The Conduct of Soviet Foreign Policy*, ed. Erik Hoffman e Frederick Fleron, Jr., Hawthorne, Aldine Publishing Co., 1980, pp. 515-534.

23 Para o relato deste episódio feito pelo próprio Spínola, ver Spínola, *País Sem Rumo*. Ver também o testemunho de Stephen R. Weissman perante o Committee on International Relations, 26 de Janeiro de 1976, e o seu livro *American Foreign Policy in the Congo 1960-1969*, Ithaca, Cornell University Press, 1974, bem como John Stockwell, *In Search of Enemies: A CIA Story*, Nova York, W W Norton and Company, 1978. Tem havido muita especulação acerca do que foi discutido entre Spínola e Nixon no seu encontro de 19 de Junho de 1974 nos Açores. Os dois homens reuniram-se sozinhos apenas na presença de um outro homem, um intérprete, e as restantes autoridades de ambos os lados foram deixadas às escuras acerca dos tópicos abordados. Spínola deu entretanto a sua versão da conversa em *País Sem Rumo*, pp. 158-168. Ver também Stephen R. Weissman, «CIA Covert Action in Zaire and Angola: Patterns and Consequences», *Political Science Quarterly*, 94, n.º 2, Verão de 1979. Para uma contextualização do papel de Cuba em África, ver Nelson P. Valdes, «Revolutionary Solidarity in Angola», *Cuba in the World*, ed. Cole Blasler e Carmelo Mesa-Largo, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1979, pp. 87-117; William M. Leo Grande, «Cuba-Soviet Relations and Cuban Policy in Africa», *Cuban Studies*, Pittsburgh, Janeiro de 1980, pp. 1-48; Carla Anne Robinns, «Looking for another Angola: Cuban Policy Dilemmas in Africa», *Working Papers Number 38*, Washington, DC, Latin American program, Wilson Center, Smithsonian Institution.

24 Helmut Sonnefeldt, «American-Soviet Relations: Informal Remarks», *Parameters, Journal of the US Army War College*, 6, n.º 1, 1976, pp. 15-16 (artigo adaptado da palestra proferida perante a 22nd Annual National Security Seminar no US Army War College, June 3, 1976). Acerca da política soviética, cf. William E. Griffith, «Soviet Power and Policies in the Third World: The case of Africa», *Adelphi Papers*, Londres, International Institute for Strategic Studies, 1979, p. 152; «Prospects on Soviet Power in the 1980s», *Adelphi Papers*, Londres, International Institute for Strategic Studies, 1979, pp. 39-46; Congress, House, *The Soviet Union and the Third World: A Watershed of Great Power Rivalry: Report to the Committee on International Relations*, by the Senior Specialists Division, Congressional Research Service, Library of Congress, Maio 8, 1977, Washington, DC: GPO, 1977. Também Colin Legum, «The African Crisis», *America and the World 1978*, Foreign Affairs Special Edition, 1979, pp. 633-651.

25 Strategic Survey 1978, London, International Institute for Strategic Studies, p. 13.

26 Para um relato equilibrado da intervenção externa na guerra angolana, ver o capítulo de Colin Legum em Kaplan, *Diplomacy of Power*, pp. 570-637.

27 Ver os excelentes relatos de Tony Hodges, «How the MPLA Won», e Colin Legum, «The Role of the Big Powers», in *After Angola: The War over Southern Africa*, Londres, Africana Publishing Co., 1976; Charles K. Ebinger, «External Intervention in Internal War: The Politics and Diplomacy of the Angolan Civil War», *Orbis*, Fall 1976, pp. 669-699; bem como o relato em primeira mão de Stockwell, *In Search of Enemies*, e Nathaniel Davis, «The Angola Decision of 1975: A Personal Memoir», *Foreign Affairs*, Outono de 1978, pp. 109-124. Acerca da intervenção sul-africana, ver Robert S. Jaster, «South Africa's Narrowing Security Options», *Adelphi Papers*, n.º 159, Londres, International Institute for Strategic Studies, 1980. Acerca da intervenção cubana, ver o relato bastante completo de Piero Gleijeses, *Conflicting Missions...*

28 Para alguns comentários interessantes e bem informados acerca deste aspecto, ver «The Battle for Angola», o *Foreign Report* confidencial do *Economist*, Robert Moss, ed., 12 de Novembro de 1975, pp. 1-6. Moss estava no Sul de Angola com os sul-africanos e era um dos observadores mais bem colocados para conhecer o pensamento destes sobre estas questões. Ver também

comentários de Cord Meyer, *Facing Reality: From World Federalism to the CIA*, Nova York, Harper & Row, 1980. Cord Meyer era o chefe da delegação da CIA em Londres neste período.

29 Estes números são retirados de Mark M. Lowenthal, «Foreign Assistance in the Angolan Civil War», in Congress, House, *Mercenaries in Africa: Hearing before the Special Subcommittee on International Relations*, appendix 3, 94th Congress, 2nd Session, August 9, 1976, Washington DC, GPO, 1976, de *World Military Expenditures 1967-1976*, e *Strategic Survey 1977*, Londres, International Institute for Strategic Studies, 1977, p. 27. Os melhores relatos breves acerca do papel dos vários países europeus em África podem ser encontrados em *África Contemporary Record*, ed. Colin Legum, Nova York, Africana Publishing Co., especialmente vol. 7 (1974-1975) e vol. 8 (1975-76).

30 O secretário de Estado americano, Henry Kissinger, num discurso em 3 de Fevereiro de 1976, disse que «pela primeira vez na história a União Soviética podia ameaçar sítios para além do continente euro-asiático... incluindo os Estados Unidos... Angola representa a primeira vez que os soviéticos se movimentaram militarmente para longas distâncias para impor um regime da sua escolha. É a primeira vez que os Estados Unidos não conseguem responder às movimentações militares soviéticas fora da órbita soviética. E é a primeira vez que o Congresso impede a acção nacional no meio de uma crise» (*The Washington Post*, 16 de Fevereiro de 1976). Repetiu esta opinião mais claramente numa entrevista publicada em *Encounter*, Novembro de 1978. «Se tivéssemos saído vitoriosos em Angola não teria havido Etiópia. A situação na África meridional seria inteiramente diferente, e acho que esta foi uma das linhas divisórias decisivas» (p. 12). Ver também Congress, Senate, Statement by Hon. Henry A. Kissinger: *Hearings before the Subcommittee on African Affairs*, 94th Congress, 2nd Session, January 3, 4, 6, 1976 Washington DC, GPO, 1976. Para o argumento «regionalista» contrário, ver Gerald J. Bender, «Angola, the Cubans, and American Anxieties», *Foreign Policy*, n.º 31, Verão de 1978, pp. 3-33, e John A. Marcum, «The Lessons of Angola», *Foreign Affairs*, 54, n.º 3, Abril de 1976, pp. 407-425. A violência do debate pode ser vista em Kenneth Adelman e Gerald J. Bender, «Conflict in Southern Africa: A Debate», *International Security*, 3, n.º 2, Outono de 1978.